



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CERRO LARGO-RS**

**RAÍZA GOI BORBA**

**JORNALISMO LOCAL:  
ESPAÇO PARA O DEBATE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**CERRO LARGO**

**2019**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Borba, Raíza Goi

Jornalismo local: espaço para o debate do desenvolvimento regional / Raíza Goi Borba. -- 2019. 85 f.

Orientador: Doutor Lívio Osvaldo Arenhart.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas-PPGDPP, Cerro Largo, RS , 2019.

1. Jornalismo local. 2. Desenvolvimento regional. 3. Esfera pública. 4. Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional. 5. Corede Região Noroeste Colonial. I. Arenhart, Lívio Osvaldo, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RAÍZA GOI BORBA

**JORNALISMO LOCAL:**

ESPAÇO PARA O DEBATE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

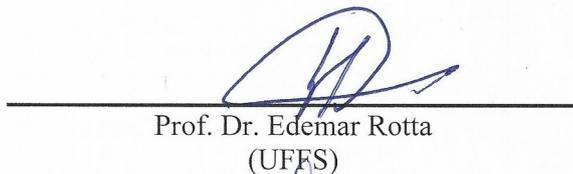
Orientador: Professor Doutor Lívio Osvaldo Arenhart

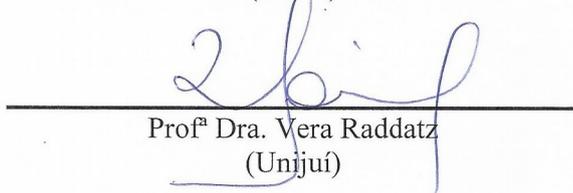
Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em:

04 / 03 / 2019

Banca examinadora:

  
Prof. Dr. Lívio Osvaldo Arenhart  
(UFFS – Orientador)

  
Prof. Dr. Edemar Rotta  
(UFFS)

  
Profª Dra. Vera Raddatz  
(Unijuí)

**RAÍZA GOI BORBA**

**JORNALISMO LOCAL:**

**ESPAÇO PARA O DEBATE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Linha 1: Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento.

Orientador: Professor Doutor Lívio Osvaldo Arenhart

**CERRO LARGO**

**2019**

## **AGRADECIMENTOS**

De coração alegre, agradeço meus pais, a razão de minha força para enfrentar os desafios, e amigos, os alicerces da minha felicidade.

## RESUMO

Este estudo busca analisar o periódico *Jornal da Manhã*, do município de Ijuí no Rio Grande do Sul, como espaço para a divulgação de notícias relacionadas ao desenvolvimento regional e, conseqüentemente, canal capaz de promover debates e discussões acerca de temáticas de interesse na região Noroeste do estado. A pesquisa foi realizada a partir do método qualitativo, com a utilização do procedimento de análise de conteúdo para a interpretação dos dados. Para sua realização foram analisadas 100 edições do periódico mencionado, contemplando a avaliação de 3.684 reportagens ou notícias no período de julho de 2017 a junho de 2018. A partir da análise comparativa entre as notícias avaliadas e as demandas apresentadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2013, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) – Região Noroeste Colonial, foi possível verificar que o desenvolvimento regional está presente na pauta do jornalismo local, porém, não de forma expressiva, ampliando os estudos sobre a relação entre as áreas do jornalismo e do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Jornalismo local, desenvolvimento regional, esfera pública, Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, Corede Região Noroeste Colonial/RS

## ABSTRACT

This study aims to analyze the periodical *Jornal da Manhã*, from the municipality of Ijuí in Rio Grande do Sul, as a space for the dissemination of news related to regional development and, consequently, a channel capable of promoting debates and discussions about themes of interest in the Northwest region of State. The research was performed using the qualitative method, using the content analysis procedure for the interpretation of the data. For its accomplishment, 100 editions of the aforementioned periodical were analyzed, contemplating the evaluation of 3,684 reports or news in the period from July 2017 to June 2018. From the comparative analysis between the evaluated news and the demands presented by the Strategic Plan of Regional Development 2015 -2013, prepared by the Regional Development Council (Corede) - Northwest Colonial Region, it was possible to verify that regional development is present in the local journalism agenda, but not in an expressive way, broadening the studies of the relationship between journalism and development.

**Keywords:** Local journalism, regional development, public sphere, Regional Development Strategic Plan, Northwest Colonial Region/RS

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 .....	1: Categorização das notícias	–	Exemplo
1 .....	54		
Tabela 2 .....	2: Categorização das notícias	–	Exemplo
2 .....	55		
Tabela 3 .....	3: Categorização das notícias	–	Exemplo
3 .....	56		

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Notícias que apresentam demanda regional x edições de jornais analisadas.....	58
Gráfico 2: Número de notícias que apresentaram demanda regional .....	58
Gráfico 3: Divisão das notícias por setorial temática .....	59
Gráfico 4: Notícias que apresentam questões emergentes em Indústria e Comércio .....	60
Gráfico 5: Notícias que apresentam questões emergentes em Agricultura .....	62
Gráfico 6: Notícias que apresentam questões emergentes em Assistência e Inclusão Social.....	63
Gráfico 7: Notícias que apresentam questões emergentes em Educação .....	64
Gráfico 8: Notícias que apresentam questões emergentes em Infraestrutura e Gestão Pública.....	66
Gráfico 9: Notícias que apresentam questões emergentes em Segurança .....	67
Gráfico 10: Notícias que apresentam questões emergentes em Saúde .....	68
Gráfico 11: Assuntos em destaque nas edições analisadas .....	69
Gráfico 12: Principais temáticas abordadas pelo Jornal da Manhã .....	72
Gráfico 13: Notícias publicadas pelo Jornal da Manhã relacionadas às áreas prioritárias do PED Corede Noroeste Colonial .....	73
Gráfico 14: Classificação das notícias conforme o nível de interesse .....	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA.....</b>	<b>13</b>
1.1 O surgimento da categoria <i>esfera pública burguesa</i> .....	13
1.2 Reflexões sobre a esfera pública no campo da comunicação.....	21
1.3 Uma crítica à visão da imprensa como instrumento de dominação.....	25
<b>2. A VALORIZAÇÃO DO LOCAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
2.1 Global x local na perspectiva de Boaventura de Souza Santos.....	30
2.2 Desenvolvimento regional e a experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul.....	37
2.3 A valorização do local/regional na comunicação.....	41
<b>3. METODOLOGIA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>46</b>
3.1 Classificação da pesquisa.....	46
3.2 Objeto de estudo.....	47
3.3 Coleta e classificação dos dados.....	54
3.4 Apresentação dos dados e análise geral.....	57
3.4.1 Setorial Indústria e Comércio.....	59
3.4.2 Setorial Agricultura.....	61
3.4.3 Setorial Assistência e Inclusão Social.....	62
3.4.4 Setorial Educação.....	64
3.4.5 Setorial Infraestrutura e Gestão Pública.....	65
3.4.6 Setorial Segurança.....	66
3.4.7 Setorial Saúde.....	67
3.5 Análise geral e descobertas da pesquisa.....	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

É a partir do nascimento da imprensa que o conhecimento deixa de ser um monopólio de instâncias religiosas e universitárias e um novo espaço é criado permitindo a discussão de problemas sociais que até então eram mantidos inquestionáveis. A população passa a desenvolver uma autoconsciência crítica que, para além da opinião emitida pela esfera pública literária sobre livros, textos e obras de arte, passa a atingir as estruturas das organizações sociais. A imprensa dá origem à esfera pública ao mediar o diálogo entre os indivíduos e dar voz ao público pensante que discutia suas experiências privadas e públicas em um espaço compartilhado coletivamente. Assim surge um novo espaço de discussão.

No entanto, o papel desta imprensa se transforma a partir do interesse comercial. A possibilidade de desenvolver uma indústria da informação surge a partir da ideia de aumentar e aperfeiçoar a técnica produtiva e assegurar o acesso a cada vez mais leitores. Na formulação inicial do edifício teórico de Habermas, influenciado pelas teses frankfurtianas que atribuem um caráter passivo para os receptores da mídia de massa, há uma passagem da cultura do debate para uma cultura de consumo no que se refere à atuação dos meios de comunicação.

A ideia deste condicionamento do papel da imprensa pelo desenvolvimento capitalista é criticado por Genro Filho (1989). Para este autor, o jornalismo possui potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a este modo de produção, destacando que a notícia é uma mercadoria, mas não uma mercadoria qualquer. Alinhado a isso, para Wolton, citado por Silva (2001), a esfera pública se constitui como um espaço de atuação dos meios de comunicação social e, conseqüentemente, a própria noção de democracia é definida pela relação a este “espaço público mediatizado”, na medida em que a participação dos cidadãos nos processos de formação de opinião não pode fazer-se senão através dos *mass media* (SILVA, 2001, p. 55). Este pensamento se aproxima das ideias apresentadas por Tenório (2005) e Martino (2014). Para o primeiro, é através da comunicação que a sociedade civil se expressa para formar a esfera pública. Esta seria um espaço social para a interação dialógica entre a sociedade civil e o Estado, decidindo sobre políticas públicas. Para Martino (2014), “os meios de comunicação asseguram a vida social de uma ideia. Uma vez lançada ao debate público, um pensamento poderia ser apoiado ou contrariado, mas não ignorado” (MARTINO, 2014, p.63).

Avaliar a capacidade do jornalismo local em fortalecer e ampliar os debates na esfera pública relacionados às problemáticas do desenvolvimento regional é a temática central deste

estudo. Dessa forma, se propõe a aproximar os estudos sobre as áreas do jornalismo e do desenvolvimento, refletindo como o primeiro pode desempenhar o papel de agente propulsor do segundo.

O objetivo da pesquisa é verificar a capacidade do jornalismo local, exemplificado pelo Jornal da Manhã, periódico do município de Ijuí, no Rio Grande do Sul, em atuar como um espaço de promoção de debates em que há o despertar de interesses para as questões locais. A problemática deste estudo tem sua origem na prática social, em que a pesquisadora considerou que o posicionamento e as informações divulgadas pelos meios de comunicação em uma comunidade geravam efeitos na esfera política, influenciando determinadas ações do segmento para a resolução de demandas deste local.

Esta pesquisa foi realizada a partir do método qualitativo, com a utilização do procedimento de análise de conteúdo para a interpretação dos dados. Para sua realização foram analisadas 100 edições do periódico Jornal da Manhã, contemplando a avaliação de 3.684 reportagens ou notícias no período de julho de 2017 a junho de 2018. Para definir quais as notícias desempenham a função de levantar debates sobre o desenvolvimento regional foi realizada análise comparativa entre os conteúdos apresentados pelo periódico e as demandas e problemáticas regionais que integram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2013, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) – Região Noroeste Colonial. As descobertas a partir da análise realizada apontaram para a presença do debate sobre o desenvolvimento regional na pauta do jornalismo local. Porém, não de forma expressiva.

Para situar o leitor na análise realizada, o referencial teórico deste estudo aborda em seu primeiro capítulo o conceito de esfera pública a sua gênese, com base na formulação teórica de Jürgen Habermas, a partir da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962). O objetivo é situar a importância deste conceito para a reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação na atualidade. Esta seção também traz reflexões sobre as funções dos meios de comunicação, que ao longo da história foram se transformando com a evolução da sociedade e do modo de produção capitalista.

Em seu segundo capítulo, o estudo trata sobre a importância da valorização dos aspectos locais na perspectiva atual da globalização, trazendo apontamentos de Boaventura de Souza Santos (2002). Posteriormente, o referencial teórico é direcionado para a discussão do desenvolvimento regional a partir da experiência dos Conselhos Regionais de

Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul. O jornalismo local e a relevância de sua atuação nas comunidades através da informação de proximidade é o assunto abordado na sequência. A terceira seção deste trabalho mostra os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, bem como, a apresentação dos dados e análise.

## 1. COMUNICAÇÃO E ESFERA PÚBLICA

O mundo se transforma na passagem do período medieval para a modernidade e o novo modo de produção, o capitalismo, muda a forma de organização da sociedade, com efeitos em diversos segmentos que a compõe. Este novo momento na história faz emergir uma nova categoria chamada por Jürgen Habermas (1962) de *esfera pública burguesa*. Trata-se do surgimento de um público pensante que passa a colocar em discussão os problemas sociais em seus encontros em espaços culturais, proporcionando um debate crítico às ações do Estado. Constitui-se um novo momento de discussão de problemas que no período histórico anterior, ancorado no feudalismo, se mantinham inquestionados.

Neste sentido, o primeiro capítulo deste trabalho busca apresentar o conceito de esfera pública burguesa desenvolvido pela formulação teórica de Habermas, a partir da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962). O objetivo é situar a importância deste conceito para a reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação na atualidade. Habermas explica o declínio desta categoria como, entre outras instâncias, reflexo da despolitização deste público atrelada ao caráter comercial assumido pela imprensa, em que a linguagem passa a ser destituída da crítica-racional e dominada pela lógica manipulativa.

### 1.1 O surgimento da categoria *esfera pública burguesa*

A matriz conceitual daquilo que atualmente chamamos de delimitação do campo do desenvolvimento tem sua origem nos processos históricos de formação e transformação da sociedade, bem como, na evolução dos modos de produção. A ideia de progresso, considerada a essência do debate sobre o desenvolvimento, nasce com o surgimento do modelo capitalista em superação ao modo de produção do período histórico anterior: o feudalismo, época em que a organização social se destacava pela dominação da igreja, do clero, do poder divino. Trata-se do modernismo, um novo momento na história da sociedade, em que o homem se inventa, em que ele não mais se vê como reflexo de Deus ou da natureza. Sua fonte histórica está na filosofia iluminista do século XVIII, que escolheu a razão como o mais alto dos atributos humanos (COOPER; BURRELL, 2006).

Com a ascensão do capitalismo e da sociedade moderna, a ideia de liberdade, igualdade, fraternidade e progresso ganha força. A emancipação humana passa a ocorrer pela razão e racionalidade, com destaque também para os movimentos do Renascimento e do Racionalismo. Estes consideram a razão e a ciência para explicar a realidade, posição antagônica à visão teocêntrica do período histórico anterior. A sociedade moderna proporciona, dessa forma, a emancipação política e humana, valorizando o indivíduo como centro do universo. É um novo modelo de organização da sociedade que contrapõe o ambiente social da Idade Média. Um novo sistema propõe novas trocas de mercadorias e de informações: trata-se do capitalismo, que ganha forma na modernidade.

É a partir das transformações causadas por esta forma de organização social que se origina também uma nova categoria: a esfera pública burguesa, temática central abordada por Jürgen Habermas em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962). É com esta esfera que surgem os debates de caráter público na sociedade. Por *público* o autor compreende aqueles eventos que dizem respeito a todos e que, por isso, são passíveis de serem discutidos e normatizados socialmente, em contraposição ao âmbito individual privado (PERSCH, 2012). A correlação entre público/privado também pode ser considerada uma reflexão central na obra de Habermas, já que o processo de desenvolvimento da publicidade moderna, isto é, da esfera pública burguesa, tem sua origem através de pessoas privadas formando um público pensante no século XVII. Na análise de Habermas estes conceitos têm origem na Grécia, na qual o âmbito privado das coisas caseiras (*oikos*) era diferenciado do âmbito público da política estatal (*polis*). “*Privat* significa estar excluído, privado do aparelho do Estado (...)” (HABERMAS, 2003, p. 24) e “Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (HABERMAS, 2003, p. 16).

A esfera pública burguesa pode ser concebida, antes de mais, como uma esfera em que pessoas privadas se juntam enquanto um público; bem cedo, reclamaram que essa esfera pública fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas, de forma a incluí-las num debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 2003, p.27).

A partir disso, conforme Silva (2001) Habermas apresenta a esfera pública burguesa como uma categoria formada por indivíduos privados que, em conjunto, debatem publicamente assuntos de interesse geral e que funciona enquanto uma instância de controle e de legitimação do poder político exercido pelo Estado administrativo. “As discussões que decorriam nesses palcos de discursividade dialógica problematizavam situações até então mantidas inquestionadas” (SILVA, 2001, p. 13).

Dessa forma, a esfera pública burguesa passa a constituir um ambiente crítico às temáticas de interesse geral, que antes eram monopólio da igreja e do estado. Neste contexto Silva (2001) explica os dois tipos antagônicos de publicidade propostos a partir de Habermas: a publicidade própria das cortes feudais e a publicidade crítica e democrática nascida com o Iluminismo. A noção do primeiro tipo, a que Habermas chama de publicidade representativa e reguladora, apresenta-se como relevante para a compreensão da formulação habermesiana da publicidade crítica Iluminista.

Para o autor, a noção de publicidade representativa está ancorada no contexto feudal, medieval, pré-moderno e sem a distinção estruturante entre público e privado. Nesta, o senhor feudal representava-se e apresentava-se enquanto a personificação de um poder transcendente. Assim, a publicidade de representação era inseparável da existência concreta do representado, tal como uma “aura” que transmitia a sua autoridade. A representatividade da autoridade feudal e monárquica não era “para o povo”, mas “perante o povo”. Ao contrário desta, a publicidade crítica da esfera pública burguesa se constitui enquanto uma esfera social autônoma, caracterizada pelo uso público da razão e, portanto, por princípios de crítica, de transparência e de igualdade. Em suma, através desta função de problematização, “a publicidade crítica da esfera pública burguesa como que dessacraliza a publicidade de representação da corte e do púlpito: o interesse geral passa a ser acessível e passível de discussão, pelo menos em princípio, por parte de todos quantos sejam por ele afetados” (SILVA, 2001, p. 13).

Para Habermas, a formação de um público pensante no período da Modernidade tem origem na concepção de uma outra esfera que tecia inicialmente uma crítica literária. A antecessora da esfera pública burguesa é então a esfera pública literária, com surgimento no centro da atividade econômica e cultural da sociedade civil, nos salões e nos cafés, palcos das discussões sobre cartas, romances, enciclopédias, dicionários, jornais etc. Foram nestes ambientes que homens da sociedade aristocrata e da intelectualidade burguesa deram início a uma crítica baseada na literatura, que posteriormente também passou a considerar aspectos políticos da sociedade. Conforme Silva (2001), a esfera pública burguesa surgiu do encontro entre os herdeiros da sociedade aristocrata e humanista, em que se baseava a esfera pública literária, e camada intelectual da burguesia, então em ascensão. Assim, a burguesia, que constituía o público que se havia formado nos salões, cafés e sociedades culturais da esfera pública, assume-se gradualmente como principal categoria social que, segundo a tese habermesiana, mantém uma esfera pública de debate crítico e racional neste período histórico.

Nestes ambientes de debate a igualdade era o destaque em contraponto à hierarquia. Nos círculos de leitura todos tinham acesso às obras filosóficas, literárias e artísticas e, a partir disso, a produção cultural passa a ser disseminada para o grande público, não ficando restrita somente à classe com maior poder aquisitivo. As reuniões eram palco de discussões de tudo que era lido e todos também tinham liberdade para expressar opiniões. Os artigos publicados nos jornais eram objeto de discussão nas várias instituições da esfera pública burguesa e constituíam uma parte integrante destes espaços de sociabilidade na medida em que, “dado o elevado número de cartas de leitores publicadas, o público não só lê e discute aquilo que é escrito pelos jornalistas, como se lê e discute-se a si próprio” (SILVA, 2001, p.15).

A esfera pública assume um status de acesso universal e de participação, em que o público aparece como inclusivo e aberto a quem queira participar. Neste sentido, os assuntos discutidos nos cafés, salões e sociedades culturais assumiam um caráter geral ou universal, não particular, em dois sentidos: não só no seu significado e validade, mas também na sua acessibilidade (SILVA, 2001).

Martino (2014) explica que o aparecimento de uma esfera pública burguesa está diretamente ligado ao nascimento da imprensa de massa no século XVIII, destacando que a Modernidade não teria existido como tal sem a mídia. Foi nesta época em que o conhecimento deixou de ser monopólio de instâncias religiosas e universitárias. Afinal, com o surgimento da imprensa uma decisão política, por exemplo, poderia ser publicada e ganhar as ruas. “A reprodução em larga escala de livros e folhas diversas alterou as relações do ser humano com o conhecimento. A troca de ideias chegava a quem soubesse ler ou estivesse em volta para ouvir” (MARTINO, 2014, p. 62). Dessa forma, um novo espaço é criado permitindo a discussão de problemas sociais a partir de um debate livre, que implica na democracia, procurando ou promovendo um consenso ou entendimento. Este, pode ser equivalente à ideia de “opinião pública”, sendo o resultado destas discussões.

A expressão “esfera pública” liga-se diretamente a “espaço público” e “opinião pública”. O estabelecimento de um lugar de debates é uma conquista relativamente recente. Se a Grécia tinha a Ágora, onde os cidadãos discutiam as questões políticas, e a república de Roma tinha no Fórum também um lugar de discussão, no início da Idade Média esse panorama muda bruscamente. A retração das cidades e o estabelecimento do chamado modo feudal de produção altera a demanda, a possibilidade e a necessidade de um espaço de discussão. Apenas no século 18, com a ascensão da burguesia como classe econômica dominante, é que aparece um novo espaço de discussão. Esta explicação apenas delinea o longo processo de transição entre as classes, mas arruma o palco para o aparecimento dos meios de comunicação de massa como principal ator político nesta trama (MARTINO, 2014, p.62).

Dentro da concepção de Habermas sobre o desenvolvimento da esfera pública burguesa, Persch (2012) explica o momento em que as discussões literárias dão lugar às questões políticas. Segundo o autor, por meio do uso público da razão, a população passa a desenvolver uma autoconsciência crítica que vai além da simples opinião emitida sobre livros, textos, obras de arte etc., ou seja, a crítica passa a atingir também as estruturas das organizações sociais vigentes.

E essa crítica, por ser expressão de uma opinião pública, obtém reconhecimento do Estado, passando dessa forma a influenciar o poder decisório sobre questões estatais e de interesse comum, ou como diz Habermas: “A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil”. (HABERMAS, 2003, p. 69). Uma vez que o povo (Publikum) vai se tornando mais politizado, essas pessoas começam a questionar os princípios que legitimam o poder monárquico. A partir deste cenário, aos poucos, os governantes são obrigados a governar conforme a vontade da opinião pública. E as leis que legitimam esse Estado originam-se cada vez mais das discussões populares (...) (PERSCH, 2012, 117)

A evolução do modo capitalista, que antes era primitivo e mercantilista, de organização voltada para o liberalismo clássico, tem reflexo no declínio do potencial crítico dessa esfera pública. Conforme a formulação teórica de Habermas, a causa principal dessa mudança consiste no gradual aniquilamento da separação entre Estado e Sociedade, o que por sua vez permite cada vez mais a interferência do Estado na esfera privada (PERSCH, 2012). Silva (2001), também destaca a fusão entre Estado e Sociedade como fator que proporcionou a distinção entre público e privado, sobre a qual havia se desenvolvido a esfera pública burguesa. Para Habermas (2003), este declínio é resultado de uma relação dialética entre a socialização do Estado, ou seja, a transferência de competências do Estado para corpos da sociedade civil, e a estatização da sociedade, em que há uma extensão da autoridade do Estado para o setor privado.

Para o autor, o chamado Estado Social e o fim do mito do capitalismo auto regulado são reflexos da evolução do modo de produção capitalista e sua crescente organização e concentração. O intervencionismo estatal está relacionado com a tendência para a concentração econômica capitalista, na medida em que foram as pressões das classes desfavorecidas no sentido de obterem mais direitos políticos (de forma a compensar a desigualdade econômica) que motivaram decisivamente a extensão do campo de atuação do Estado (SILVA, 2001, p 32). Conforme público e privado vão se tornando indistintos surge uma esfera social repolitizada, que se afasta claramente do ideal burguês de uma esfera pública formada por pessoas privadas em debate sobre questões públicas.

Remetendo-se ao modelo observado no período medieval, em que a publicidade é representativa e reguladora, Habermas (2003) apresenta a tese de “refeudalização da esfera pública”, em que um dos pontos centrais é a perda do debate crítico e racional entre as partes em conflito. Trata-se, segundo o autor, de um momento em que a sociedade civil assume traços feudais, em que uma das suas principais características está relacionada à linguagem veiculada pelo *mass media*: uma linguagem destituída de caráter crítico-racional e dominada pela lógica manipulativa.

Habermas chama de refeudalização da esfera pública o espaço público colonizado pelo dinheiro e suas necessidades de reprodução. Dessa forma, não significa mais uma produção pública de opinião por pessoas privadas, mas a produção para um público de opiniões que são apresentadas como se fossem públicas. Trata-se da privatização da opinião pública como efeito da colonização da esfera pública pelo interesse econômico.

(...) esfera pública literária dos séculos XVIII e XIX tinha um caráter político, no sentido Grego de ser emancipado face ao reino das necessidades, que desapareceu à medida que os tempos livres de lazer deixaram de constituir momentos disponíveis para a reflexão crítica acerca de questões públicas e passaram a ser meros complementos do horário de trabalho. E a razão por detrás desta mudança prende-se justamente com a noção habermesiana de político. Com efeito, o raciocínio crítico transforma-se em consumo passivo à medida que as leis do mercado, que governam a esfera privada do trabalho, passam também a dominar a esfera privada das pessoas privadas enquanto público. Neste contexto, a esfera pública literária perde o seu caráter político ao ser integrada no ciclo de produção do consumo. A emancipação torna-se impossível no contexto do consumismo cultural. O raciocínio crítico de pessoas privadas enquanto público é impossível no quadro de uma “indústria da cultura” que impede a emancipação face às leis do mercado e promove a passividade acrítica (Silva, 2001, p. 34).

O público, que anteriormente era crítico à cultura passa a ser um consumidor da produção cultural. Pensamento, segundo Silva (2001), influenciado pelas teses da chamada indústria cultural<sup>1</sup>, atrelada à Escola de Frankfurt. O consumo cultural caracterizado pela passividade é o resultado da perda da função crítica desempenhada pela família patriarcal burguesa, base da formação da esfera pública literária. Silva (2001), explica que o declínio da esfera pública está relacionado com a divisão da sociedade em dois grandes grupos caracterizados pela sua relação com a cultura: o primeiro, identificado com pequenos grupos de especialistas incapazes de produzir um discurso público. O segundo, formado por uma

---

1 A expressão “indústria cultural” foi usada pela primeira vez em um ensaio de Horkheimer intitulado “Arte e cultura de massa”, de 1940. O autor identificava que a cultura era criada conforme as exigências de um modelo empresarial de produção. No entanto, o conceito encontrou seu pleno desenvolvimento no livro *Dialética do esclarecimento*, escrito por Adorno e Horkheimer nos Estados Unidos e publicado em 1947, em Amsterdã. MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 51.

grande massa de consumidores acríticos e passivos da cultura através dos meios de comunicação social de massa. “A esfera pública, desvirtuada da sua função original, assume-se enquanto um mero instrumento de propaganda e de legitimação do poder instituído” (Silva, 2001, p. 35).

Em 1968, em artigo publicado no livro *Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Habermas conclui que “a despolitização das massas da população e o desmoronamento de uma opinião pública política são componentes de um sistema de dominação que tende a eliminar da discussão pública as questões práticas”. O autor reflete ainda sobre o papel da imprensa como instituição estratégica que influencia a nova função da esfera pública, dividindo a evolução do jornalismo em três fases: a primeira fase, que considera preparatória, na qual a principal atividade jornalística é a divulgação acrítica de notícias; num segundo momento, esta imprensa de informação evolui para uma imprensa de opinião, a qual chama de “jornalismo de convicção”. Trata-se do momento em que a fundação de um jornal simbolizava uma tomada de posição política, de conhecer ideias e propostas sobre assuntos de caráter geral, de verificar discussões políticas concorrentes. Os jornais desta época constituíam autênticas “caixas de ressonância” de posições políticas muitas vezes antagônicas (SILVA, 2001).

Para Habermas, a transição deste segundo momento da evolução da imprensa para a atual situação pode ser considerada um processo de degeneração do jornalismo e da esfera pública. O jornalismo de opinião passa a ser meramente comercial e governado por interesses econômicos privados, o que explica a manipulação do público pelo consentimento e a contaminação da esfera pública. A produção de Habermas alerta para a privatização da esfera pública, refletindo sobre a “colonização da esfera pública pelo dinheiro”. É o que Jessé Souza (2017) debate em sua obra *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Segundo o autor, “o que tem de ser explicado é como a elite do dinheiro, que detém o capital econômico e, por conta disso, manda na economia, passa a mandar de modo indireto também no mundo social e político, pela construção, colonizada pelo dinheiro, da opinião pública” (SOUZA, 2017, p. 70).

Com a passagem histórica de uma esfera pública de pessoas privadas para uma esfera pública mediada pelo mercado, temos a ambiguidade típica do mercado de bens simbólicos no capitalismo: como conciliar o acesso democrático à informação com os interesses privatistas da maximização do lucro e da expropriação do trabalho coletivo? Por conta disso, a mudança estrutural da esfera pública nos séculos XIX e XX está intimamente relacionada com a mudança estrutural da sua instituição mais importante: a imprensa (Souza, 2017, p. 73).

Marques (2008) reforça que na fundamentação inicial de Habermas, os problemas impostos pelos meios de comunicação à constituição e fortalecimento de uma esfera pública voltada para o esclarecimento recíproco e para a troca de opiniões estavam localizados não no período inicial de criação da imprensa, mas em sua fase posterior de mercantilização. Conforme a autora, inicialmente a imprensa deu origem à esfera pública ao mediar o diálogo entre os indivíduos e dar voz ao público pensante que discutia suas experiências privadas e públicas em um espaço compartilhado coletivamente. O debate público de questões existenciais, morais e políticas era a prioridade dos jornais e semanários. No entanto, a necessidade de aumentar e aperfeiçoar a técnica produtiva e organizacional promove a passagem da imprensa de opinião para a imprensa como negócio. O imperativo de assegurar o acesso a cada vez mais leitores transforma o interesse comercial em fator principal da mudança de uma imprensa pedagógica, interessada em esclarecer seu público, em meramente manipulativa (SOUZA, 2017).

A esfera pública perde o seu caráter crítico e, com isso, a sua função política original. Como alternativa para a resolução deste problema, Habermas propõe que esta esfera deva voltar a adotar o princípio de publicidade crítica, compreendendo a atuação dos partidos políticos, dos meios de comunicação social e das associações de caráter público. É o que Souza (2017) reforça ao citar a obra *As ilusões perdidas*, de Balzac, propondo a reflexão: Se toda a informação disponível para a sociedade moderna tende agora a ser mediada, de cima para baixo, por empresas capitalistas, não necessariamente interessadas no aprendizado de seu público cativo, mas em aumentar seus lucros, como garantir o acesso plural da informação?

A resposta a essa pergunta é percebida por Habermas como apenas possível por meio de uma democratização institucional. Instituições políticas, como os partidos e as associações de classe, devem propiciar um espaço comunicativo para uma crítica pública reflexiva. Para Habermas, no entanto, seria impossível pretender-se voltar a uma esfera pública do tipo que vigorava na segunda metade do século XVIII. A crítica racional e pública da dominação política não pode ser restabelecida, em meio aos interesses privatistas organizados, segundo o modelo das pessoas privadas reunidas num público. A estratégia defensiva deve dirigir-se a uma espécie de controle recíproco de instituições rivais que lutam por espaço em meio à luta pelo poder social, econômico e político (Souza, 2017, p. 74).

Souza (2017) cita como exemplo a reformulação da imprensa europeia no período pós-guerra, que ocorreu principalmente na televisão a partir de um modelo público de imprensa televisiva. A televisão pública não se confunde com televisão estatal, pois nesta primeira há a independência do conteúdo televisivo de interesses políticos e econômicos. O autor explica que as televisões públicas quase sempre possuem estruturas semelhantes a

grêmios ou conselhos, que controlam a empresa e o conteúdo de sua programação. Esses conselhos, e isso é essencial para seu caráter público, independentemente do Estado e do mercado, refletem uma pluralidade social onde todo tipo de interesse significativo, patronal e dos trabalhadores é representado.

Souza (2017), porém, aponta que esta não foi a realidade do desenvolvimento da comunicação no Brasil, onde a imprensa possui interesses unicamente comerciais de grandes conglomerados. Trata-se de uma imprensa que ao invés de atuar como instância de mediação da esfera pública, assegurando a circulação dos argumentos em disputa, pode então transformar-se em arregimentadora e instrumento de interesses privados que são expostos como se fossem públicos (SOUZA, 2017, p. 75).

A colonização da esfera pública pelo dinheiro evita aquele tipo de racionalidade que permite a união entre verdade e justiça. Só a pluralidade de informações e de opiniões assegura aproximações sucessivas à verdade. E apenas esse esforço de aproximações sucessivas para restaurar a verdade factual permite escolha autônoma, ou seja, moralidade refletida como um atributo dos sujeitos envolvidos nessa forma de aprendizado coletivo. A ausência de pluralidade de informações e opiniões na grande imprensa gera seres humanos facilmente influenciáveis e manipuláveis e incapazes de pensar por si mesmos. É o que temos hoje entre nós (SOUZA, 2017, p. 75).

Retornando à formulação de Habermas, Marques (2008) apresenta duas etapas distintas propostas pelo sociólogo alemão sobre a relação entre os meios de comunicação e a esfera pública. A primeira está relacionada à imprensa politizante, que tinha o papel de mediar e estimular o uso que as “pessoas privadas”, reunidas em um público, faziam de sua razão. A imprensa comercial se constitui como a segunda etapa, momento em que os meios de comunicação passaram a condicionar esta troca e a fabricar uma opinião não pública, que resulta na imposição de vontades particulares. Conforme Habermas, a partir deste segundo momento, a imprensa passou a atuar como um pórtico de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública.

## **1.2 Reflexões sobre a esfera pública no campo da comunicação**

Um dos principais pontos discutidos por Habermas está centrado na relação entre a esfera pública e o papel desempenhado pelos meios de comunicação que, segundo o autor, atuavam como principal meio de propagação de uma ideologia manipulativa. Em sua obra, que procura refletir sobre a evolução do pensamento habermesiano, Silva (2001) também

propõe discutir criticamente a proposta de Habermas sobre a categoria da esfera pública, considerando os estudos desenvolvidos no campo da comunicação. Silva (2001), dessa forma, destaca a influência das teses frankfurtianas no pensamento inicial formulado pelo sociólogo alemão, que atribuem um caráter passivo aos receptores das mensagens veiculadas pelas mídias de massa, bem como, efeitos anti-emancipatórios. A formulação teórica de Habermas propõe uma reflexão sobre a manipulação estratégica dos meios de comunicação social, em que há uma passagem da cultura do debate para uma cultura de consumo, em que a transparência dá lugar à opacidade.

A formulação de seu edifício teórico interpreta a ação da mídia de massa de forma negativa. No entanto, Silva (2001) apresenta visões alternativas à habermesiana para a interpretação da esfera pública e a sua relação com os meios de comunicação social. Entre elas, apresenta a formulação apresentada por Dominique Wolton. Conforme este autor, a esfera pública é um espaço de atuação dos meios de comunicação social e, conseqüentemente, a própria noção de democracia é definida pela relação a este “espaço público mediatizado”, na medida em que a participação dos cidadãos nos processos de formação de opinião não pode fazer-se senão através dos *mass media* (SILVA, 2001).

Wolton, dessa forma, defende uma relação constitutiva entre a democracia e *mass media*, em que a primeira pressupõe um espaço público onde os problemas possam ser debatidos. Trata-se da formação de uma esfera pública mediatizada na sociedade contemporânea, na qual os conflitos podem se resolver.

Para Wolton, a democracia de massas do século XX foi a principal responsável pelo alargamento do espaço público, tanto em termos do âmbito dos assuntos debatidos como em termos do número de participantes. É neste contexto que o *mass media*, instrumento essencial para a gestão simbólica das sociedades atuais, detêm uma importância decisiva na concepção woltoniana de esfera pública: “... o espaço público contemporâneo pode ser designado por “espaço público mediatizado”, no sentido é funcional e normativamente indissociável do papel dos media.” (1995: 167) (Silva, 2001, p. 56)

O pensamento de Wolton aproxima-se dos conceitos que relacionam esfera pública e sociedade civil apresentados por Tenório (2005), ressaltando a importância dos meios de comunicação entre estas duas esferas. É através da comunicação que a sociedade civil se expressa para formar a esfera pública, que conseqüentemente gera uma opinião pública sobre determinada temática. Martino (2014) explica o papel dos meios de comunicação em levantar debates, promover ideias, sugestões e críticas a problemas sociais: é através da mídia que, por exemplo, dilemas, impasses e assuntos de interesse público permanecem vivos no cenário social.

Os meios de comunicação asseguram a vida social de uma ideia. Uma vez lançada ao debate público, um pensamento poderia ser apoiado ou contrariado, mas não ignorado. Espaço de discussão social, a esfera pública permitiu a construção de um tipo particular de consenso, a opinião pública, instrumento de pressão política forte o suficiente para colocar em xeque os poderes estabelecidos (MARTINO, 2014, p. 63).

Tenório (2005) relaciona a função de esfera pública com o seu papel em desenvolver políticas públicas. Para o autor, a esfera pública deve identificar, compreender, problematizar e propor as soluções para os dilemas da sociedade, a ponto de essas serem assumidas como políticas públicas pelo contexto parlamentar e executadas pelo aparato administrativo de governo. Neste contexto, a sociedade civil apresenta-se com relevância na construção da esfera pública, uma vez que tem maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão. Dessa forma, para Tenório (2005), a esfera pública seria aquele espaço social no qual ocorreria a interação dialógica entre sociedade civil e o Estado, decidindo sobre políticas públicas.

Na ótica que se refere ao papel do cidadão, Tenório (2005) explica que a participação é a essência do que Habermas chama de cidadania deliberativa na esfera pública. Em resumo, esta cidadania significa que a legitimidade de decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Assim, “a cidadania deliberativa habermesiana trata-se de uma forma de articulação que questiona a prerrogativa unilateral de ação política do poder administrativo – do Estado – e/ou do dinheiro – o mercado” (TENÓRIO, 2005, p.113).

Sobre a participação, ao citar Fernando G. Tenório e Jacob E. Rozenberg (1997), Tenório (2005) ressalta que esta integra o cotidiano das pessoas, pois todos vivem em relações sociais e, ao longo da vida, são levados a participar de atividades ou grupos. Isso, segundo o autor, revela a necessidade da realização de associações na busca de objetivos, que seriam difíceis de atingir se as pessoas procurassem alcançá-los de forma individual. Assim, “a cidadania e a participação referem-se à aproximação pelos indivíduos do direito de construção do seu próprio destino” (TENÓRIO, 2005, p. 114).

Sua concretização [destino] passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público (Tenório; Rozenberg, 1997, p.103 apud Tenório 2005, p. 114).

Marques (2008) aponta que nas obras posteriores de Habermas seu posicionamento quanto a atuação do *mass media* na esfera pública é revisto. Os meios de comunicação, dessa forma, passam constituir um espaço entre “os diferentes contextos que compõem o centro (reduto da elite política) e a periferia (movimentos sociais, associações cívicas, cidadão comuns, etc.) do sistema político” (MARQUES, 2008, p. 24). No entanto, ressalta que suas críticas permanecem atuais no que se refere ao modo como a produção jornalística permanece limitada, concluindo que os meios de comunicação devem atuar de forma independente dos poderes econômico e político, para que possam exercer efetivamente uma dinâmica de mediação entre as diferentes arenas e atores.

Para Marques (2008), a produção atual de Habermas, mesmo que apresente pontos contraditórios dos meios de comunicação, confere a estes como essenciais ao fortalecimento e à manutenção das estruturas deliberativas que fazem parte da dinâmica democrática das sociedades contemporâneas. E, para que estas “continuem agindo como articuladores de atores e arenas discursivas, a atuação dos meios de comunicação torna-se fundamental” (MARQUES, 2008, p.25). A reavaliação feita por Habermas sobre o papel destes meios os coloca como interfaces articuladoras entre o Estado e os contextos sociais, processando as demandas vindas dos atores centrais (políticos, lobistas, representantes administrativos, etc.) e dos atores de base (movimentos sociais, associações, especialistas, grupos minoritários, etc.). Dessa forma, a tematização destas demandas pelos meios de comunicação dá origem a conteúdos como reportagens, notícias, conversas, cenas, sejam informativos, educacionais ou de entretenimento.

Neste sentido, Marques (2008) aponta a reformulação da perspectiva de Habermas: o autor alemão passa a conferir aos meios de comunicação a funcionalidade de captação, organização e disponibilização de uma vasta gama de perspectivas e opiniões auxiliando, assim, na estruturação – e não na destruição – da esfera pública. Sendo assim, reafirma a centralidade dos meios de comunicação na esfera pública, sendo estes responsáveis por alimentar os fluxos comunicativos e deliberativos que a sustenta. “Trata-se de uma visão que contrapõe sua formulação inicial, que caracterizava os meios de comunicação como agentes despolidizantes da esfera pública e como instrumentos de reprodução e de manutenção das relações de poder” (MARQUES, 2008, p.29).

Marques (2008), aponta três contribuições dos meios de comunicação para a manutenção de estruturas que sustentam a esfera pública política, definidas por Habermas. São elas: a) o poder de publicização e visibilidade a diferentes questões, públicos e contextos;

b) a capacidades dos meios de comunicação de promover uma simultaneidade de acesso aos conteúdos discursivos que circulam em vários contextos comunicativos, contribuindo para que múltiplas audiências possam opinar diante de questões problemáticas e; c) registram as mensagens, tornando-as válidas e acessíveis a qualquer um, em qualquer momento histórico.

No entanto, se por um lado os meios de comunicação tornam determinados discursos públicos, tornando estes acessíveis para a maioria, a crítica de Habermas permanece ao refletir sobre a produção de um discurso de elite por parte dos profissionais de *mass media*. A partir de autores como Garnhan, 1992; Dahlgren, 1995; Page, 1996, Habermas, 2006; Gomes, 2007, 1999; Maia, 2004, Marques (2008) reflete sobre a função dupla dos meios de comunicação: ao mesmo tempo em que atuam como espaço de discussão, estão submetidos às lógicas do mercados e das desigualdades de poder entre o público e os agentes mediáticos. Dessa forma, apresenta estes meios com atuação delimitada por instâncias religiosas, organizações cívicas, empresas privadas e instituições jurídicas.

Certamente, os meios de comunicação retiram da condição de invisibilidade várias demandas, proposições e atores, exercendo entre eles uma função mediadora. Tal função adquire relevância especialmente se pensarmos que a visibilidade promovida pelos *media* é importante não só para os atores situados nas arenas centrais do sistema político, mas também para os grupos e atores que fazem parte de sua periferia (MARQUES, 2008, p. 31).

Marques (2008), dessa forma, aponta que não há como desconsiderar as assimetrias quanto as desigualdades de intervenção dos diferentes públicos na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens nos espaços de visibilidade mediados. O reflexo disso é a divisão entre públicos fortes e públicos fracos. Os primeiros seriam os atores centrais, institucionalizados ou elites com acesso amplo aos canais mediáticos. O público “fraco” seria aquele composto pelos atores periféricos, da sociedade civil, que têm dificuldades em participar de debates coletivos sobre questões que lhes concernem diretamente, apesar de captar melhor os problemas sociais. Em resumo, o fato dos meios de comunicação proporcionarem um amplo acesso para a audiência de diferentes discussões e mensagens, não significa que estes enunciados foram selecionados igualitariamente.

### **1.3 Uma crítica à visão da imprensa como instrumento de dominação**

Em sua obra *O Segredo da Pirâmide*, Adelmo Genro Filho (1987) traz como exemplo de análise funcionalista da imprensa no Brasil o livro de José Marques de Melo, *Sociologia da imprensa brasileira*, no qual o autor procura situar o surgimento da imprensa e do

jornalismo em função das necessidades produzidas pela sociedade na sua dimensão global (GENRO FILHO, 1987, p. 20).

O desenvolvimento da imprensa, dessa forma, aparece relacionado com as necessidades crescentes de produção de livros a fim de satisfazer as solicitações da elite intelectual ligadas ao Renascimento e a partir de demandas burocráticas e institucionais da burguesia em ascensão. Entre elas, o desenvolvimento das atividades comercial e industrial, (letras de câmbio, recibos, contratos, modelos contábeis, tabelas de preços, etc.), ou, então, no atendimento das necessidades da organização administrativa das cidades (guias para o recolhimento de impostos, editais, proclamações, avisos, formulários, etc.).

No entanto, as necessidades apontadas para o surgimento dos periódicos, os chamados precursores do jornalismo contemporâneo, aparecem relacionadas com a carência pela atualidade, por estar em dia com os acontecimentos da época.

Além das necessidades institucionais, havia a necessidade popular de obter informações e manter-se em dia com os acontecimentos da época, fenômeno que geraria a imprensa periódica, cujas primeiras manifestações são as relações e as folhas volantes. Madeleine D'Ainvelle sintetiza com muita clareza esse tipo de necessidade que 'se faz sentir nos diversos meios sociais: o cidadão que deseja conhecer a vida do grande corpo social ao qual ele pertence e que ultrapassa suas relações primárias; o comerciante burguês e banqueiro que não pode ter sucesso em seus negócios se não estiver bem informado dos preços das mercadorias e da sua acessibilidade, que depende da conjuntura política; os cidadãos, ansiosos por sua participação no exército da Itália, que têm sede de informações precisas; o Rei, para defender sua política, que procura atingir a opinião'. E conclui: 'a atualidade tornou-se o objeto de curiosidade com um fim prático, a comunicação converteu-se em uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa (MELO, 1973, p. 37; apud GENRO FILHO, 1987, p. 22)

Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas o fato de “estar atualizado” toma novas dimensões, envolvendo um sistema que se torna mais complexo e articulado. Segundo Genro Filho (1987), isso acarreta em duas principais consequências: a procura de mais informações e, pelo fato de que tais informações não podem ser obtidas diretamente pelos indivíduos, surge a possibilidade de uma indústria da informação. Para o autor, que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela

ideologia<sup>2</sup> burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de "cultura de massa" ou "indústria cultural" (GENRO FILHO, 1987, p. 22).

As transformações causadas por essa cultura criada pela mídia para o entretenimento de um grande número de pessoas passam a ser objeto de reflexão logo após a Segunda Guerra Mundial para Robert Merton e Paul Lazarsfeld, que buscam pensar sobre as funções da comunicação na sociedade. Merton e Lazarsfeld questionam qual é a extensão do poder da mídia na sociedade partindo do princípio de que não é possível deixar de ver as transformações provocadas pelos meios em todos os universos sociais (MARTINO, 2014). Através da observação do comportamento do público em relação aos novos meios, os autores identificaram três principais funções da mídia na sociedade: a) A função de conferir e garantir status; b) A função de reforço das normas sociais e; c) A disfunção narcotizante.

Na primeira perspectiva apresentada, Merton e Lazarsfeld acreditam que a mídia tem a função de definir o que é importante dentro da sociedade, relegando o resto ao esquecimento. Determinados assuntos, temas e pessoas são valorizados pelos meios, o que aumenta seu prestígio e visibilidade. Em sua função voltada ao reforço de normas sociais, os autores sugerem que a mídia reforça os padrões de comportamento tidos como certos dentro de uma sociedade na medida em que transforma esse padrão em referência, vista por milhões de pessoas, tornando-o assim verdade dentro do mundo social. Isso seria resultado de algo como controle social sobre o indivíduo, quando as pessoas passam a ser julgadas e pensadas conforme as categorias apresentadas nos meios de comunicação. A terceira função apresenta uma espécie de efeito colateral da comunicação, no qual, a “mídia poderia, segundo eles, atuar como uma espécie de droga para deixar a sociedade menos atenta ao que se passa ao redor e, dessa maneira, forçar situações ou impor uma opinião” (MARTINO, 2014, p.33).

Genro Filho (1987) procura superar essa concepção de jornalismo como instrumento de dominação ideológica imposto pela burguesia, como “linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada, ou simplesmente como correia de transmissão dos ‘Aparelhos Ideológicos do Estado’”, ou como reordenador da ordem social estabelecida. O autor reprova a visão, que julga reducionista, de Ciro Marcondes Filho, em sua percepção de que o jornalismo e o capitalismo são pares gêmeos. Segundo Genro Filho (1987), para Marcondes Filho, “o capital é uma categoria que adquire um poder quase místico: o capital

---

2 No pensamento de Marx e Engels, a noção de “ideologia” é vista como uma “falsa consciência”, isto é, a consciência de uma classe imposta sobre a outra – no caso, e “ideologia” seria a falsa consciência imposta pela burguesia ao proletariado com o objetivo de esconder a real situação da classe trabalhadora. Uma ideologia, neste sentido, é um conjunto de valores, práticas e aspirações responsáveis por criar uma moldura a partir da qual o indivíduo entende o mundo ao seu redor. MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 70.

possui um espelho mágico que faz o jornalismo aparecer apenas para mirar-se nele e reproduzir as condições da sua acumulação” (GENRO FILHO, 1987, p. 95). Dessa forma, Genro Filho questiona reduzir inteiramente a imprensa ao capitalismo, o jornalismo à empresa e a notícia à mercadoria.

A imprensa e o capitalismo, diz Marcondes Filho peremptoriamente, "são pares gêmeos". Ora, a imprensa surgiu com o desenvolvimento do capitalismo, mas daí a dizer que são "pares gêmeos", vai uma distância que somente um marxismo diminuído - utilizando o método do "não é mais que" - poderia percorrer. A imprensa "não é mais que" fruto do processo de produção capitalista! O jornalismo "não é mais que" a informação transformada em mercadoria! A notícia "não é mais que" uma forma de circulação da ideologia burguesa! (GENRO FILHO, 1987, p. 95).

Para o autor, é preciso observar a autonomia do jornalismo que, parafraseando Sartre, destaca: “a notícia é uma mercadoria, mas não uma mercadoria qualquer”. Seu ensaio busca reforçar que apesar de historicamente condicionado pelo desenvolvimento capitalista, o jornalismo possui potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a este modo de produção.

Dessa forma, destaca a atuação do jornalismo como “forma social do conhecimento”, num sentido que busca refletir o papel da comunicação em mostrar para o homem o que ocorre ao seu redor com a objetividade do fato, que ganha a interpretação subjetiva do sujeito capaz de criar significados, associações e conseqüentemente, conhecimento. Para Genro Filho (1989), o jornalismo corresponde à “cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através de sua reprodução pelo ângulo da singularidade” (GENRO FILHO, 1989, p. 207). Na interpretação de Lückman (2013) sobre o autor, na medida em que os eventos singulares são reconstruídos em um contexto particular, que por sua vez remete ao universal, evidencia-se aí a possibilidade de que o jornalismo, entendido como forma de conhecimento do mundo, construa uma leitura crítica da realidade e ofereça essa leitura, com novas possibilidades de crítica, ao público que consome as notícias.

Assim, cabe a reflexão sobre as contribuições do jornalismo, concebido como um processo social, não somente na “reprodução” da sociedade, mas nas transformações que é capaz de promover a partir de uma função crítica, revolucionária e emancipatória. “Para isto, como alerta Genro Filho, a constituição da sociedade tal como a conhecemos não deve ser vista como natural ou modelo único, ou seja, a realidade objetiva não deve ser para nós um

fato acabado, porque é na dinâmica e na dialética que ela é edificada” (DEOLINDO, 2007, p.10).

É importante destacar que o histórico de teorias sobre os efeitos da comunicação nas pessoas e na sociedade sofre alterações ao longo dos anos. Estudos que antes consideravam que os meios atuam como absolutos e únicos nos efeitos e os indivíduos como expostos e passivos aos estímulos da mídia dão lugar a teorias no qual o receptor passa a ser considerado capaz de realizar processos de interpretação e satisfação de necessidades. É o que argumenta a corrente denominada "Usos e Gratificações", apontando os “usos” que as pessoas fazem dos meios de comunicação. Neste contexto, “(...) interagir com a mídia era uma questão de escolha, e os estudos sobre usos e gratificações procuravam delinear os aspectos desta escolha” (MARTINO, 2014, p.190).

Um dos primeiros estudos desse tipo foi feito em 1949 por Bernard Berelson. Durante uma greve de jornalistas, em Nova York, a cidade ficou seis dias sem ter um jornal à disposição. Berelson teve a ideia de perguntar às pessoas do que elas mais sentiram falta nestes dias sem leitura. A equipe de Berelson entrevistou sessenta moradores de Manhattan, perguntando-lhes de que eles mais sentiram falta durante a greve de entregadores de jornais (MARTINO, 2014).

Através destas entrevistas, o pesquisador assinalou os motivos pelos quais as pessoas leem os jornais, sendo que a primeira razão elencada por quem participou do estudo foi a “Informação e interpretação das questões públicas”. As pessoas reclamaram que, com a falta dos jornais, se tornava impossível saber sobre as questões políticas e de administração pública. “Como fonte de informação privilegiada sobre os acontecimentos da vida pública, a falta de jornais deixava os indivíduos sem parâmetros para julgar o que estava acontecendo” (MARTINO, 2014, p.190).

Após as reflexões sobre a origem da esfera pública, bem como, sobre as funções dos meios de comunicação que ao longo da história foram se transformando com a evolução da sociedade e do modo de produção capitalista, este estudo irá abordar a valorização dos interesses locais, num momento em que o espaço público vem ganhando caráter mundial em função da globalização. Integrando esta temática, o capítulo seguinte abordará ainda as experiências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul, como entidade de discussão, participação e promoção do desenvolvimento regional, assim como a valorização dos interesses locais e regionais realizada pelo jornalismo local, focado na informação de proximidade.

## **2. A VALORIZAÇÃO DO LOCAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

A globalização é definida por Santos (2002) como um processo complexo nas diversas áreas da vida social, com implicações também nas práticas de informação e comunicação, que passam a ser disseminadas a uma escala mundial. As relações sociais passam a ser mundiais, unindo localidades distantes de modo que os acontecimentos locais passam a ser condicionados por eventos distantes, e vice versa. Neste sentido, Santos (2002) apresenta o conceito daquilo que chama de globalização contra-hegemônica, que busca valorizar as economias locais e comunitárias, bem como, a criação e promoção de iniciativas locais em todo o mundo.

A apresentação desta perspectiva auxilia na introdução à valorização do aspecto local e do desenvolvimento regional neste estudo, que posteriormente são reforçados pela apresentação das funções desempenhadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Articulados para o desenvolvimento das regiões de maneira participativa e descentralizada, a trajetória destes conselhos configura-se como uma estratégia pioneira de organização regional no Brasil. Por fim, este capítulo apresenta a importância do jornalismo

local, focado na prestação da chamada informação de proximidade, que tem na sua essência o interesse pelos acontecimentos das comunidades locais e regionais.

## **2.1 Global x local na perspectiva de Boaventura de Souza Santos**

Um processo extremamente complexo passa a fazer parte e ao mesmo tempo transformar as diferentes dimensões da vida em sociedade. Através deste processo, pode-se dizer que o espaço público ganha caráter mundial e é gerenciado em uma escala global. Assim como o público pode acompanhar grandes eventos que ultrapassam as fronteiras nacionais, tais como Olimpíadas ou uma Copa do Mundo de Futebol, diversas partes do mundo também têm acesso a um acontecimento local, que ganha destaque midiático, por exemplo. Trata-se da chamada globalização, definida por Santos (2002), como um processo complexo nas diversas áreas da vida social que intensificou interações econômicas, sociais e políticas, sistemas produtivos, financeiros, revolucionou as tecnologias e, principalmente, as práticas de informação e comunicação com sua disseminação a uma escala mundial. A globalização também abre o debate para a adoção de um estilo de consumo globalizado (global e exógeno) em contraste com as práticas culturais e identitárias nas esferas locais e endógenas.

Em sua obra *A globalização e as ciências sociais*, Boaventura de Souza Santos (2002) discute o conceito daquilo que chama de globalização hegemônica neoliberal e as transformações ocasionadas a partir deste processo na sociedade, bem como, propõe um processo de globalização alternativo a este, que denomina como “globalização contra-hegemônica”. Para o autor, entre as características da globalização hegemônica está a o fato das oportunidades que ela produz serem desigualmente distribuídas no interior do sistema mundial, sendo esta a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres do mesmo país, em virtude do aumento desproporcional da esfera do mercado. A temática percorrida pelo autor é a reinvenção social, conduzindo a ideia de que é possível criar outras alternativas em que não haja a exclusão social imposta pelo atual modelo à sociedade.

Em sua obra, Santos (2002) cita a definição de Giddens (1990) sobre a globalização, destacada como “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa” (GIDDEENS, 1990, p. 64 apud SANTOS, 2002, p.

26). Estas relações, segundo o autor, apontam para a superação da problemática que por muito tempo foi base da sociologia: uma sociedade fechada, concebida por um estado-nação delimitado. Alinhado a isso, para o grupo de pensadores de Lisboa, a globalização é definida como uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização porque, ao contrário destas, anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas. Sendo assim, é caracterizada pela homogeneização e uniformização, pela eliminação das fronteiras nacionais e da diversidade local.

A globalização, longe de ser concensual, é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, estados e interesses subalternos, por outro, e mesmo no interior do campo hegemônico, há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros. É esse consenso que não só confere à globalização as suas características dominantes como também legitima essas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas (SANTOS, 2002, p.27).

Para Santos (2002), a tendência dos debates acerca da globalização é reduzi-la a aspectos econômicos. No entanto, há a necessidade em dar igual atenção às dimensões sociais, políticas e culturais. O autor aponta para uma origem econômica deste processo quando, no início da década de 1980, emerge uma nova divisão internacional do trabalho baseada na globalização da produção levada “a cabo” pelas empresas multinacionais, que aos poucos se tornam atores centrais na economia mundial. Como características centrais desta nova economia mundial apresentam-se: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, baixos custos de transportes, revolução nas tecnologias de informação e de comunicação, desregulação das economias nacionais, preeminência das agências financeiras multilaterais e emergência de três grandes capitalismo transnacionais: o Americano, o Japonês e o Europeu.

Santos cita Sassen (1994), ao destacar o impacto urbano da globalização econômica, que gera mudanças profundas na geografia, na composição e na estrutura institucional da economia global. Sassen (1994) defende um novo regime internacional, baseado na ascendência da banca e dos serviços internacionais. Neste sentido, as empresas multinacionais, apresentam-se como importantes elementos na estrutura institucional, juntamente dos mercados financeiros globais e com os blocos comerciais transnacionais. Conforme o autor, isso contribuiu para a formação de novos locais estratégicos na economia mundial: zonas de processamento para a exportação, centros financeiros e cidades globais. “Uma das transformações mais dramáticas produzidas pela globalização econômica neoliberal

reside na enorme concentração de poder econômico por parte das empresas multinacionais” (SANTOS, 2002, p. 31). Esta intensificação de interações que atravessa as fronteiras e as práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar o fluxo de pessoas, bens, capital ou ideias.

São estas as características, como a atuação das agências financeiras internacionais, as empresas multinacionais, entre outros agentes transnacionais privados, que no contexto da globalização ameaçam a soberania dos estados mais fracos. Sobre a globalização política atual, Santos (2002) destaca que as assimetrias do poder transnacional entre centro e periferia do sistema mundial, entre Norte e Sul, são hoje mais dramáticas do que nunca. Ao citar Bob Jessop, promove uma reflexão sobre as transformações do poder do Estado a partir da globalização, identificando três tendências gerais: a desnacionalização, com o esvaziamento do aparelho do estado nacional; a estatização dos regimes políticos, com um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um focado em parcerias e outras formas de associação entre organizações em que o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação; e finalmente, uma tendência para a internacionalização do estado nacional, expressa no aumento do impacto estratégico do contexto internacional na atuação do Estado (SANTOS, 2002).

Apesar de não se esgotar nele, é no campo da economia que a transnacionalização da regulação estatal adquire uma maior saliência (SANTOS, 2002, p. 38). Implica em pressões por parte de países centrais e das empresas multinacionais sobre os países periféricos e semiperiféricos no sentido de adotarem ou se adaptarem às transformações jurídicas e institucionais que ocorrem no centro do sistema mundial. Apesar de sua origem no aspecto econômico, o processo de globalização não se constitui apenas neste âmbito. Para Santos (2002), mais do que isso, trata-se de um processo político, econômico, social e cultural.

Um novo olhar sobre o impacto da globalização na cultura ocorre a partir da chamada “viragem cultural”, na qual os fenômenos socio-econômicos dão lugar à ênfase para os fenômenos culturais. Para o autor, a dimensão cultural no processo de globalização divide opiniões entre os pensadores, sendo considerada um aspecto primário para alguns e não tão importante para outros. Autores a consideram secundária tendo em vista o fato da economia mundial capitalista ser mais integrada pelo poder político militar e pela interdependência de mercado do que pelo consenso normativo e cultural (CHASE-DUNN, 1991, p. 88 apud SANTOS, 2002, p. 45). Para outros, o poder político, a dominação cultural e os valores e

normas institucionalizadas precedem a dependência de mercado no desenvolvimento do sistema mundial e na estabilidade do sistema interestatal (MEYER; 1987; BERGESEN, 1990 apud SANTOS, 2002, p. 45).

Para Santos (2002), embora haja este debate, é no domínio da globalização cultural que ela se coloca com maior importância ou com mais frequência. Neste caso aponta para a reflexão deste processo ser designado como americanização ou ocidentalização, já que os valores, os artefatos culturais, os objetos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, em sua maioria, norte-americanos. Cita exemplos como a democracia política, a racionalidade econômica, o individualismo, o cinema, a televisão, a publicidade e a internet.

No contexto da globalização, o autor também destaca o papel desempenhado pelos meios de comunicação. No entanto, não somente no que diz respeito à disseminação das informações em escala mundial. Santos cita Appadurai (1997), que define como “esferas públicas diaspóricas” a criação de universos simbólicos transnacionais, comunidades de sentimentos, identidades, partilhas de gostos, prazeres e aspirações. Em outra perspectiva, reflete sobre o que Octávio Ianni (1998) chama de “príncipe eletrônico”, o conjunto das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas de informação e de comunicação, com destaque para a televisão, que se transformou no “arquiteto da ágora, na qual todos estão representados, refletidos, defletidos ou figurados, sem o risco da convivência nem da experiência” (IANNI, 1998, p. 17 apud SANTOS, 2002, p. 45).

Na área da comunicação, esta chamada “cultura de massa” é amplamente criticada pelos pensadores da Escola de Frankfurt, em especial por Theodor Adorno. Para os pensadores desta corrente, a cultura de massa representava o fim da cultura, sua transformação em simples mercadoria de consumo e os ensaios teóricos produzidos procuravam mostrar a destruição da cultura pela indústria cultural (MARTINO, 2014). Em contrapartida, estudos da “Escola Canadense de Mídia” baseiam-se na centralidade dos meios de comunicação na vida contemporânea, mediando a relação do indivíduo com o ambiente. Seus principais expoentes são Harold Innis e Marshall McLuhan. O primeiro reforça a noção de que as mudanças sociais são causadas por alterações nas mídias ou tecnologias da informação, destacando ainda a influência dos meios de comunicação no estabelecimento da cultura.

A maneira como se vive, a forma como as pessoas se relacionam, seja em escala micro ou macro, estão atreladas às possibilidades de comunicação. A maneira como uma sociedade aprende interfere diretamente no modo como se vive, se sente e se compreende o mundo ao redor. Os meios de comunicação alteram a percepção e os

sentidos das pessoas, na medida em que um ou outro elemento tende a se destacar em prejuízo de outro, e essas diferenças se refletem nas mudanças específicas na sociedade (MARTINO, 2014, 263).

O edifício teórico de McLuhan destaca como as relações sociais foram alteradas durante a história pelas mídias existentes a partir da obra *A galáxia de Gutemberg*, na qual ressalta a invenção da imprensa como o auge de uma técnica de comunicação baseada na escrita. Antes de Gutemberg, a cultura era compartilhada por narrativas orais, a partir de relações próximas, já que não havia uma grande quantidade de fatos a serem necessariamente compartilhados. “O conhecimento que havia além dos muros da aldeia era restrito a quem se aventurasse por lá e sobrevivesse para contar a história. O universo terminava nos limites da floresta” (MARTINO, 2014, p. 266). A cultura oralizada perde espaço para a palavra escrita com a invenção da tipografia e, no século 20, esta perde força para os meios eletrônicos, que aumentam exponencialmente a velocidade do fluxo das mensagens. A partir disso, as informações circulam rapidamente entre as diversas mídias, sem barreiras geográficas, políticas ou sociais. “Um acontecimento não está mais restrito ao seu local” (MARTINO, 2014, 266).

É nesta obra que McLuhan remete a um dos termos mais conhecidos em sua produção teórica, explicando que a interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global. Sua produção, datada de 1962, já previa o futuro processo de globalização.

A “aldeia global” pode ser entendida como o símbolo de um mundo interconectado, onde as distâncias tendem a se reduzir a zero e a interconexão entre todos os pontos não conhece limites. McLuhan pensa em termos de uma “retribalização”. Conectados na aldeia global, indivíduos dos lugares mais diferentes compartilham o imaginário coletivo – a floresta não é mais o limite (MARTINO, 2014, p. 267).

Martino (2014) cita como exemplo de aplicação dos aspectos de “aldeia global” o fato da palavra “fazenda” começar a ser utilizada na Rússia como sinônimo de propriedades no campo, ao invés da palavra russa *ducha*, após a exibição de telenovelas brasileiras nos anos de 1990.

Retornando aos conceitos de Santos (2002), outro debate central proposto em sua reflexão sobre o processo de globalização trata-se de sua função em promover a homogeneização: se para alguns autores as especificidades das culturas locais estão em risco, para outros, a globalização tanto produz homogeneização quanto a diversidade. Destaca a

visão de Friedman, que defende a existência das duas tendências na realidade global. Para este autor a fragmentação cultural e étnica, por um lado, e a homogeneização modernista, por outro, não são duas perspectivas opostas sobre o que está a acontecer. Santos remete à Appadurai novamente, ao destacar que os meios eletrônicos são processados pelos indivíduos e pelos grupos de uma maneira ativa, um campo fértil para exercícios de resistência, seletividade e ironia. Segundo Appadurai (1997), “a característica central da cultura global é hoje a política do esforço mútuo da mesmidade e da diferença para se canibalizarem uma à outra e assim proclamarem o êxito do sequestro das duas ideias gêmeas do Iluminismo, o universal triunfante e o particular resistente” (APPADURAI, 1997, 43 apud SANTOS, 2002, p.45).

A cultura é por definição um processo construído sobre a intercepção entre o universal e o particular. Como salienta Wallerstein, “definir uma cultura é uma questão de definir fronteiras” (1991:187). De modo convergente, Appadurai afirma que o cultural é o campo das diferenças, dos contrastes e das comparações (1997:12). Poderíamos até afirmar que a cultura é, em sua definição mais simples, a luta contra a uniformidade. Os poderosos e envolventes processos de difusão e imposição de culturas, imperialisticamente definidas como universais, têm sido confrontados, em todo sistema mundial, por múltiplos e engenhosos processos de resistência, identificação e indigenização culturais. Todavia, o tópico da cultura global têm tido o mérito de mostrar que a luta política em redor da homogeneização e da uniformização culturais transcendeu a configuração territorial em que teve lugar desde o século XIX até muito recentemente, isto é, o Estado-nação (SANTOS, 2002, p.47).

Santos (2002) destaca como um dos principais projetos da Modernidade a ideia de uma cultura global, com a emergência de uma ordem normativa global, salientando a forma como a cultura ocidental cria atores sociais e significados culturais por todo o mundo. Acredita-se que a intensificação dramática de fluxos transfronteiriços de bens, capital, trabalho, pessoas, ideias e informação originou convergências, isomorfismos e hibridizações entre as diferentes culturas nacionais, sejam elas estilos arquitetônicos, moda, hábitos alimentares ou consumo cultural de massas.

Contudo, para Santos (2002), a maior parte dos autores sustenta que, apesar de sua importância, estes processos estão longe de conduzirem a uma cultura global. Sobre a homogeneização e a uniformização culturais, destaca o papel ambíguo que os estados-nação vêm desempenhando: por um lado, externamente têm disseminado a diversidade cultural, a autenticidade da cultura nacional e internamente promovido a homogeneização e a uniformidade, “esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional,

através do poder da política, do direito, do sistema educacional e dos meios de comunicação social e na maior parte das vezes, por todos eles em conjunto” (SANTOS, 2002, p. 48).

Apesar de ter aberto novas oportunidades para a tolerância, a solidariedade e o ecumenismo, por exemplo, Santos (2002) reforça que a intensificação dos contatos e da interdependência também fez emergir novas formas de manifestações de intolerância, como o chauvinismo, racismo e xenofobia. “No domínio cultural, o consenso neoliberal é muito seletivo. Os fenômenos culturais só lhe interessam na medida em que se tornam mercadorias que como tal devem seguir o trilho da globalização econômica” (SANTOS, 2002, p. 49).

Em face dos efeitos da globalização hegemônica neoliberal, Santos aponta uma resistência, a que chama de globalização contra-hegemônica, proveniente das economias locais e comunitárias, de pequena escala, auto-sustentáveis, ligadas à forças exteriores. Uma posição que deve ser traduzida, segundo o autor, na identificação, criação e promoção de iniciativas locais em todo o mundo. Em um momento em que a economia e a cultura estão cada vez mais desterritorializadas, a resposta a isso deve ser a redescoberta de sentido do lugar e da comunidade, assim como a redescoberta ou invenção de atividades produtivas de proximidade, entendendo como propostas de localização iniciativas de pequena agricultura familiar, pequeno comércio local, sistemas de trocas locais baseadas em moedas locais, formas participativas de auto-governo local. “A valorização do local, no entanto, não implica necessariamente na recusa de resistências globais ou translocais, mas coloca destaque na promoção das sociabilidades locais para que haja a criação de estratégias que promovam soluções reais para as populações reais” (SANTOS, 2002, p. 73).

## **2.2 Desenvolvimento regional e a experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul**

Com a evolução do modo de produção capitalista, uma série de teorias emerge buscando explicar as causas das desigualdades entre as regiões ocasionadas por este novo sistema na sociedade. Um dos primeiros estudos publicados sobre a temática do desenvolvimento regional diz respeito aos chamados “distritos industriais”, do economista inglês Alfred Marshall. Neste estudo, o autor busca explicar as causas que levam a localização

das indústrias em alguns espaços específicos a constituírem processos de aglomeração econômica que os coloca em vantagem em relação a outras regiões (ROTTA, 2007).

As diferentes formas de reprodução do capitalismo que se desenvolvia de forma desigual nas regiões também foram alvo de estudos de Lênin no final do século XIX, ao observar a situação da Rússia. Conforme explica Rotta (2007) o capitalismo se reproduzia intensamente no centro e extensivamente no amplo espaço de sua dominação, a periferia, caracterizando o “descompasso” deste modo de produção. Para além destes aspectos estruturais, houveram outras teorias centradas nas questões culturais para explicar a expansão desigual do capitalismo, como a teoria da modernização e estudos relacionados aos polos de crescimento, causação circular e cumulativa e as teorias produzidas a partir da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Estas últimas com maior influência para a interpretação das desigualdades regionais.

A crise dos modelos hegemônicos do pós 2ª Guerra Mundial provocou o questionamento das teorias que sustentavam as explicações dominantes a respeito do desenvolvimento. O processo de reestruturação produtiva contribuiu para a retomada dos estudos sobre o papel representado pelas regiões nas dinâmicas de desenvolvimento das sociedades (ROTTA, 2007, p. 97).

Rotta (2007), com base nos estudos de Klink (2001), aponta para a emergência de duas vertentes diferenciadas: a globalista, baseada na homogeneização e nas transformações produtivas e tecnológicas nos espaços em função da globalização; e a vertente regionalista, voltada para a especificidade dos espaços locais e a territorialização do desenvolvimento.

Em resumo, as teorias baseadas na vertente globalista estão voltadas para a adequação dos espaços locais conforme a dinâmica do desenvolvimento global. Nesta linha, destacam-se características como a homogeneização do espaço local, a valorização do comércio internacional com a redução das barreiras comerciais entre as economias nacionais e a formação de uma sociedade global baseada no fluxo de informações. A segunda vertente aponta os espaços locais como capazes de desenvolver certas condições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, com ênfase na compreensão das dinâmicas endógenas dos territórios e na especificidade dos seus modos de organização e produção.

Tal representa um corte epistemológico na ciência regional, com o território a ganhar identidade própria, a ser entendido como produto econômico-social historicamente construído e com capacidade própria de se autotransformar, em detrimento de um olhar exterior sobre as regiões, entendidas enquanto espaço formal de recepção de impulsos de desenvolvimento, cuja identidade provinha do papel que desempenhavam no processo de relações mercantis inter-regionais, papel esse

mediatizado pela quantidade e natureza dos fatores de localização de cada região (LOPES, 2001, p. 103 apud ROTTA, 2007, p. 103).

A vertente regionalista destaca-se pela interpretação do desenvolvimento como um processo endógeno de mudança estrutural e que procura destacar a capacidade dos agentes locais para transformar o sistema sócio-econômico (ROTTA, 2007), entendendo a questão endógena como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região.

No âmbito do desenvolvimento regional, a partir da promoção de mecanismos de participação social, do levantamento e encaminhamento de demandas regionais, bem como o planejamento de ações, a gestão territorial e a articulação entre o governo e sociedade civil, destaca-se a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), desencadeada a partir de meados dos anos 1990 no estado do Rio Grande do Sul. Conforme Büttenbender; Siedenberg; Allebrand (2011), a experiência e a trajetória destes conselhos configuram-se como uma estratégia pioneira de organização regional no Brasil, uma vez que as articulações para o desenvolvimento das regiões ocorrem cada vez mais a partir da descentralização político-administrativa dos processos de planejamento e gestão territorial. “A definição das políticas públicas de desenvolvimento requer o envolvimento do governo e da sociedade civil, atuando em diferentes espaços de organização social através de diversos instrumentos e mecanismos de participação” (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRAND; 2011, p. 82).

Entendidos como fóruns regionais de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam o desenvolvimento regional, organizados sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, os Coredes foram sendo estruturados a partir do início de 1991, instituídos legalmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. A partir da articulação entre o governo do estado do Rio Grande do Sul com as respectivas regiões, os Coredes são definidos como espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (COREDES, 2010).

Os seis objetivos dos Coredes estão relacionados à promoção desenvolvimento equilibrado e harmônico no Rio Grande do Sul a partir do enfrentamento das desigualdades e desequilíbrios econômicos e sociais das regiões. São eles: a) A promoção do

desenvolvimento regional harmônico e sustentável; b) A integração dos recursos e das ações do governo e da região; c) A melhoria da qualidade de vida da população; d) A distribuição equitativa da riqueza produzida; e) O estímulo à permanência do homem em sua região; e f) A preservação e recuperação do meio ambiente.

Na dimensão intrarregional cada Conselho Regional de Desenvolvimento articula as suas ações com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, os Comudes, compostos por representantes do Poderes Públicos Municipais e das entidades civis organizadas e legalmente constituídas nos municípios. A criação dos Comudes por leis municipais trata-se de uma exigência para a participação dos municípios no Processo de Participação Popular e na Consulta Popular<sup>3</sup>. Assim como os Coredes, os Comudes também possuem a mesma essência participativa de atuação.

No total, o estado do Rio Grande do Sul possui 28 Coredes presentes nas chamadas nove regiões funcionas de planejamento delimitadas em 2006 pela Secretaria de Coordenação e Planejamento estadual, com base em critérios que contemplam aspectos econômicos, ambientais e sociais. Constituído como um espaço de interlocução entre os 28 Coredes e o governo estadual, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento promovem um espaço próprio de debate, avaliação e planejamento de políticas públicas e ações chamado “Fórum dos Coredes do RS”. Somado a esta e outras ações, os Coredes também foram responsáveis pela elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PED) 2015-2030<sup>4</sup>, documentos que contribuem para a realização do planejamento nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Através de uma metodologia comum para as 28 regiões, os planos estratégicos apresentam um diagnóstico regional a partir de uma matriz de potencialidades, entraves, oportunidades e ameaças. Além disso, contempla a elaboração de uma série de projetos com objetivos, justificativas, metas, órgãos intervenientes, cronograma e estimativa de recursos necessária para sua execução. A criação dos Coredes está vinculada principalmente ao levantamento de demandas regionais para que sejam incorporadas ao orçamento do estado e visando o seu atendimento. No entanto, Büttgenbender; Siedenberg; Allebrand (2011) alerta para uma visão reducionista das funções e atribuições destes conselhos, voltadas para atender

---

3 A Consulta Popular foi criada através da Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998 que determina que o Poder Executivo estadual promova, anualmente, uma consulta direta à população visando destinar parcela do Orçamento do Estado para os investimentos de interesse regional, a ser incluída na Proposta Orçamentária do Estado. COREDES-FÓRUM. Fórum dos Coredes do Rio Grande do Sul. **XIII Encontro Anual de Avaliação e Planejamento dos Coredes**. Carta de São Borja. Documento Impresso. Porto Alegre. 2010. p. 26.

4 Mais informações sobre os planos estratégicos estão disponíveis na página da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do estado do Rio Grande do Sul, que pode ser acessada através do endereço eletrônico <https://planejamento.rs.gov.br/coredes>.

os procedimentos necessários para que os municípios possam participar da divisão orçamentária do processo de Consulta Popular que ocorre anualmente.

Em muitas regiões se verifica que os Coredes aparentemente devem a razão de sua existência unicamente a esta vinculação, pois não se vislumbram quaisquer outras ações que não tenham vinculação direta ou indireta com o Processo de Participação Popular (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRAND, 2011, p. 97).

Conforme os autores, ao refletir sobre o conjunto de atribuições legais<sup>5</sup> percebe-se que muitos Coredes ainda precisam se desenvolver na perspectiva da consolidação a aprofundamento para a realização de determinadas atividades. Para isso, questiona: Porque muitos Coredes têm dificuldades em atuar de forma mais consistente e pró-ativa na defesa dos interesses regionais? Em resposta, aponta motivos como as dificuldades de ordem operacional em termos de de espaço físico, mas também de aporte de pessoal e de infraestrutura, bem como, a dificuldade da compatibilização de demandas de todas as dimensões territoriais, tendo em vista as demandas regionais e a emergência das demandas locais e corporativas.

É preciso considerar que os Coredes foram instituídos (posteriormente e apenas no RS) num momento em que se procura consolidar o papel do município como ente autônomo no cenário federativo brasileiro. A transferência de novas competências e recursos públicos valorizou a instância local como espaço de poder, de disputa de projetos, de embate de idéias, de participação da sociedade na definição das políticas e investimento dos recursos públicos. Porém, é adequado considerar também, que um Município, sozinho, ou o Estado, no todo, não estão dando conta de responder satisfatoriamente aos desafios do desenvolvimento; são as regiões que vem se revelando um espaço crucial para viabilizar o desenvolvimento (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRAND, 2011, p. 97).

Entre as dificuldades para a atuação dos Coredes, os autores ainda apontam aquilo que chamam de “achismo” das lideranças sobre quais as ações e projetos que efetivamente possuem condições de desencadear o desenvolvimento regional. Fator que muitas vezes se contrapõe aos estudos técnicos e contribui de maneira significativa para que o processo de escolha de projetos estruturantes apresente poucos resultados concretos. As diferentes concepções de desenvolvimento que orientam as lideranças, os cidadãos e a sociedade no levantamento das demandas regionais, tais como desenvolvimento econômico (crescimento), desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, criando um “mosaico” de demandas sociais, também são aspectos a ser observados. “Com um contexto de realidades

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre as atribuições legais dos Coredes podem ser encontradas em BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRAND. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 1, n. 1, dez. 2011. p. 85.

socioeconômicas regionais muito diferenciadas, como é o caso do Rio Grande do Sul, não se pode esperar que haja uma uniformidade de concepções de desenvolvimento pautando suas ações” (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRAND, 2011, p. 98).

Apesar do planejamento para o desenvolvimento regional representar uma conquista, já que anteriormente os processos eram realizados apenas no cenário político e técnico, ainda há espaço para que o cidadão gaúcho se aproprie de seus direitos e se conscientize de que sua participação no processo não se restringe apenas à dimensão consultiva. É preciso qualificar a ação cidadã para a proposição de ações visando a melhoria das condições de vida da sociedade e o desenvolvimento regional para que os coredes não se configurem apenas como espaços de manipulação de interesses corporativos ou políticos (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRAND, 2011, p. 99).

### **2.3 A valorização do local/regional na comunicação**

O processo de globalização transforma a sociedade em seus mais variados aspectos, incluindo a comunicação. Trata-se de um momento em que a disseminação de informações adquire escala global e a partir disso surge a indagação: será que ainda há espaço para o jornalismo local? Peruzzo (2005) explica que a mídia local denota uma comunicação baseada em informação de proximidade, ou seja, focada nas comunidades locais e regionais, diferentemente do aspecto global, no qual há a valorização pelos acontecimentos mundiais.

Considerada com valor estratégico no jornalismo em sua dimensão referente ao valor-notícia<sup>6</sup> ao orientar os critérios do jornalista, bem como, em seu aspecto relacionado ao produto comercial, Camponez (2011) destaca a proximidade como um dos valores centrais do jornalismo, determinante do interesse do público pelas notícias. Para este autor, a proximidade assume uma dimensão simbólica, uma vez que além de uma proximidade física e geográfica, incorpora ainda dimensões temporais, psico-afetivas, socioprofissionais e socioculturais. Além disso, aponta que a proximidade assume significado próprio, marcado pela especificidade e identidade no que se refere aos media regionais e locais.

Neste sentido, a imprensa regional é sustentada e articulada em torno de conceitos como território, comunicação e comunidade, sendo definida pelo que Camponez (2011) chama de “pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar”, ou seja,

<sup>6</sup> Mais informações sobre valor-notícia e critérios de noticiabilidade podem ser encontradas em WOLF; Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª edição, Lisboa, Setembro, 1999. p. 89.

comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada (CAMPONEZ, 2011).

Peruzzo (2005), explica a origem da mídia local paralela ao surgimento dos meios de comunicação de massa, uma vez que ao nascer, os jornais, rádios e televisão possuíam abrangência local ou regional. Estes, posteriormente, alcançaram audiência nacional ou internacional com o desenvolvimento de seu potencial, enquanto outros permaneceram locais. Assim como Santos (2002), a autora vê no processo de globalização a emergência de uma nova forma de revalorização dos aspectos locais, uma vez que, com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, “chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: sua revalorização, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas” (PERUZZO, 2005, p. 70). No entanto, alerta para a mídia local em seu aspecto prático, na qual é perpassada por distorções motivadas pela forma com que as relações de produção das notícias e de outros conteúdos midiáticos se processam, ressaltando ainda que de uma maneira geral cumpre uma importante função social (PERUZZO, 2005).

Já está bastante claro que o fato da globalização – da universalização ou da ocidentalização do mundo, como preferem alguns – impulsiona uma revalorização do local, ao invés de debelá-lo, como se prognosticou num primeiro momento. Houve, assim, a superação da tendência pessimista de considerar que as forças globalizadas – da economia, da política e da mídia – detêm o poder infalível de sufocar as sociedades e as culturas nos níveis nacional e local. A realidade vai evidenciando que o local e o global fazem parte de um mesmo processo: condicionam-se e interferem um no outro, simultaneamente (PERUZZO, 2005, p. 74).

No país, as comunicações se desenvolveram principalmente através das grandes redes de televisão que centralizaram a produção de mensagens nos centros urbanos, de onde eram disseminadas por todo o Brasil. Apesar de iniciativas anteriores, como a da Rede Brasil Sul (RBS), que se instalou em 1963 no interior do Rio Grande do Sul, foi no final dos anos de 1990 em que há uma redescoberta do local pela grande mídia, com destaque principal para o interesse mercadológico do que pela produção de conteúdo regionalizado. “Em seu aspecto comercial a televisão, principalmente, explora a questão da diferenciação local como um nicho de mercado, interessada em captar os recursos provenientes da publicidade do interior do país” (PERUZZO, 2005, p. 71).

As redes regionais passam a ser incrementadas e há o aumento de programas produzidos regionalmente, com uma maior preocupação com a cobertura jornalística nas

idades vizinhas e não apenas nas cidades-sede das meios de comunicação geradores de notícias, aspecto que evidencia a importância do regional/local. É na segunda metade dos anos de 1990 em que a mídia local e regional amplia seus espaços para programas produzidos nas regiões e a difundir conteúdos antes restritos aos meios de comunicação comunitários engajados em lutas sociais nas localidades (PERUZZO, 2005). Estes meios de comunicação comunitária, diferentemente dos meios de comunicação locais, têm suas características próprias, destacadas pelos seus vínculos sociais, estratégias de sustentabilidade, processos produtivos e conteúdos. Sua atuação é marcada pela valorização à mobilização social e a ampliação da cidadania, no qual os cidadãos são protagonistas através de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e seus conteúdos são aqueles que encontram pouco ou nenhum espaço na grande mídia.

A essência da mídia local está ancorada na informação que é gerada dentro do território de pertencimento e de identidade em uma localidade ou região (PERUZZO, 2005). Destacando este vínculo, Peruzzo (2005) também remete ao pensamento de Camponez (2002), sobre a questão simbólica da proximidade, uma vez que “o território revela-se (...) insuficiente para, por si só, (...) explicar a imprensa regional e local. (...) A proximidade já não se mede em metros” (CAMPONEZ, 2002, p. 128 apud PERUZZO, 2005, p. 75). No âmbito local, destaca-se a proximidade como um aspecto que também compreende a questão da identificação. Ele evoca “aquilo que se pode ver, tocar, aprender e, portanto, ser compreendido. Sem dúvida, é desde os espaços locais que se definem os contornos da vida diária, onde se constrói a personalidade social e onde se faz a aprendizagem social” (LÓPEZ GARCÍA, 1999, p. 247 apud PERUZZO, 2005, p. 74).

Como questão central, Peruzzo (2005) destaca ainda o aspecto territorial e sua reconstrução conceitual a partir da valorização de suas bases culturais, ideológicas, e identitárias (língua, tradições, valores, religião). Atualmente, a noção de território com base física e geográfica está superada. Do ponto de vista da autora, o conceito de proximidade pode ser explorado a partir de diferentes perspectivas, mas, quando se trata de mídia local e regional, ele se refere aos “laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do *locus* territorial” (PERUZZO, 2005, p. 76).

Por ser local, melhor do que qualquer outro, os meios de comunicação locais tem a possibilidade de mostrar as realidades das regiões, bairros, zonas rurais, vilas, cidades e

municípios, baseados na informação de proximidade. No entanto, como se refere à mídia de propriedade privada comercial, por vezes, se cerca de distorções. São exemplos as que têm origem em vínculos com interesses político-partidários e econômicos. Mesmo assim, apesar de vieses de informação, contribuem na divulgação de temáticas locais. Para Peruzzo (2005), isso acaba se refletindo em um contexto até mesmo vantajoso para o leitor ou telespectador, já que o público acompanha os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que permite uma avaliação entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural.

Na questão prática, o jornalismo local vem apresentando algumas características recorrentes que, segundo Peruzzo (2005), tendem a comprometer a informação de qualidade. Entre estas tendências estão, por exemplo, os laços políticos locais e a atuação das assessorias de comunicação. O primeiro se refere ao tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia. A autora destaca que esta questão não é visualizada somente no âmbito da imprensa regional, porém, trata-se de uma característica que se torna mais evidente nesta esfera, pois os fatos estão mais próximos dos leitores, o que facilita sua avaliação. No que se refere às assessorias de comunicação, ressalta os *press-releases*<sup>7</sup> dos poderes executivo e legislativo, principalmente, e das instituições privadas, como instrumentos muito utilizados em cidades do interior.

Como exemplo, Peruzzo (2005) cita a análise feita por Vângela de Moraes (2003), sobre a cobertura de um incêndio florestal pelos jornais *Brasil Norte* e *Folha de Boa Vista*, de Roraima. Neste estudo, Moraes (2003) constata a existência de um tratamento superficial dado ao acontecimento em todas as etapas do processo de produção da notícia, em função dos vínculos entre o jornal e a política partidária, bem como, da atuação da assessoria de imprensa governamental: o que se observa são posturas incorporadas ao cotidiano jornalístico que contribuem para um certo enviesamento tendencioso da notícia, além de refletir a ausência de contexto, investigação e profundidade (MORAIS, 2003). Para a autora, as assessorias de comunicação locais atuam como agentes diretos da notícia, mediante releases ou informações mediadas pelos assessores, além de um “jornalismo declaratório”, preso, por excelência às fontes oficiais (MORAIS, 2003, p. 74).

Nessas condições o jornalismo local deixa de explorar seu imenso potencial de trabalhar com a informação isenta e atender a todos os setores que perfilam a vida de

---

7 Matéria pronta enviada para os veículos de comunicação com intuito de publicação. FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. 2007. **Manual de Assessoria de Comunicação**: imprensa 2007. 4ª ed. rev. e amp. Brasília. p. 8. Disponível em < [http://www.fenaj.org.br/mobicom/manual\\_de\\_assessoria\\_de\\_imprensa.pdf](http://www.fenaj.org.br/mobicom/manual_de_assessoria_de_imprensa.pdf)>

uma “comunidade”. Perde, assim, uma oportunidade de mercado, a de trabalhar com competência a informação de proximidade, que é a razão de ser da imprensa local. (PERUZZO, 2005, p. 81).

Neste sentido, Peruzzo (2005), reflete sobre a importância da mídia de proximidade caracterizada por vínculos de pertencimento, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade e não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder. Para a autora, a mídia local também considera outras tendências quanto à reprodução de notícias presentes no que chama de “grande-imprensa”, ao imitar o estilo de tratamento da informação ou dedicar amplos espaços para notícias nacionais e internacionais. “Muitos jornais locais tendem a se ocupar mais de assuntos comumente tratados pelos jornais de circulação nacional do que com assuntos específicos locais que demandariam apuração jornalística” (PERUZZO, 2005, p. 81).

A mídia é apenas um canal para se externarem as reivindicações populares. Deve servir apenas de mediação, pois o desenvolvimento da cidadania requer uma mobilização e a articulação das próprias pessoas e de suas organizações representativas. (...) O importante é que o profissional de comunicação não queira atribuir a si, ao seu programa ou ao seu veículo de comunicação o protagonismo que é das comunidades (PERUZZO, 2002, p. 69-70).

### **3. METODOLOGIA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, bem como, a apresentação e interpretação dos dados da pesquisa. Esta explanação torna-se importante no momento que descreve os processos utilizados na investigação, além de

interpretar os dados com base no conteúdo apresentado no referencial teórico desta dissertação.

### **3.1 Classificação da pesquisa**

Gil (1999) define pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. A problemática deste estudo tem sua origem na prática social, em que a pesquisadora suspeitou que o posicionamento e as informações divulgadas pelos meios de comunicação em uma comunidade geravam efeitos na esfera política, influenciando determinadas ações do segmento para a resolução de demandas desta comunidade. Neste sentido a reflexão que motivou este estudo passa pela indagação: O jornalismo local se constitui como um espaço capaz de promover debates sobre o desenvolvimento regional?

Esta problemática é abordada com base em um referencial teórico que apresenta as diferentes funções desempenhadas pelos meios de comunicação: uma mídia destituída de caráter crítico-racional e dominada pela lógica manipulativa, segundo Habermas, mas que ao mesmo tempo atua como um espaço de discussão. Bem como, aborda a questão “global x local” na área do desenvolvimento e as implicações destas duas esferas na discussão de políticas públicas e na difusão de informações.

Considerando o referencial teórico e o método utilizado para a interpretação dos dados, a abordagem epistemológica que sustenta esta pesquisa é baseada nos pressupostos da Fenomenológica-Hermenêutica. Nesta abordagem ocorre a presença marcante do sujeito na interpretação do objeto. As pesquisas Fenomenológicas-Hermenêuticas utilizam predominantemente técnicas qualitativas que permitem a intersubjetividade e a manifestação dos sujeitos incluídos na pesquisa.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Dentro do método qualitativo, o procedimento utilizado para a interpretação dos dados desta pesquisa foi a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979), aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para o autor, de uma maneira geral pode-

se dizer que a análise de conteúdo corresponde a dois objetivos principais: a “ultrapassagem da incerteza” e o “enriquecimento da leitura”. O primeiro diz respeito à visão (leitura) do pesquisador ser válida e generalizável e a segunda se refere à descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não detínhamos compreensão (BARDIN, 1979, p.38). Sendo assim, reforça duas funções da análise de conteúdo que na prática podem coexistir de maneira complementar.

- Uma *função heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”.
- uma função de “*administração da prova*”. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova” (BARDIN, 1979, p.30).

Por se tratar de um estudo que considera a análise de edições de jornais impressos, como será explicado a seguir, é importante ressaltar que o método de “análise documental” não se faz adequado a esse tipo de pesquisa, já que esta requer a interpretação das mensagens contidas nestes periódicos. Conforme Bardin (1979), o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, enquanto a finalidade da análise de conteúdo é a manipulação das mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. Destaca-se que esta pesquisa é predominantemente qualitativa, uma vez que os objetos analisados foram os conteúdos/ mensagens presentes nas notícias e reportagens publicadas no Jornal da Manhã em determinado período. No entanto, para a melhor apresentação do material analisado são utilizados a seguir gráficos e dados numéricos, variáveis características do método quantitativo.

### **3.2 Objeto de estudo**

Este estudo busca analisar o Jornal da Manhã, do município de Ijuí, como espaço para a divulgação de notícias relacionadas ao desenvolvimento regional e, conseqüentemente, canal capaz de promover debates e discussões acerca de temáticas de interesse na região. O periódico tem circulação em cinco municípios da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Ijuí, Coronel Barros, Catuípe, Augusto Pestana e Ajuricaba) e tiragem de 12 mil

exemplares por edição. Fundado em 1973 por Edmundo Henrique Pochmann, atualmente o jornal circula em cinco edições semanais, com parque gráfico próprio e gestão direta de todo processo de produção.

O foco da pesquisa é analisar e promover reflexões sobre a capacidade do jornalismo local, neste estudo representado pelo jornal mencionado, em contribuir para o desenvolvimento, na medida em que pode colocar em pauta na esfera pública assuntos relevantes para a promoção do desenvolvimento regional. O papel desempenhado pelos jornais locais e suas características voltadas para o interesse pelo cenário regional são destacados por Lerner (1973).

Pergunta-se, às vezes, se a grande quantidade de pequenos jornais distritais surgidos ultimamente servem a algum propósito útil. Afirma-se que eles limitam sua atenção principalmente às reclamações e disputas locais. Pessoalmente, considero esses jornais distritais de imenso valor, porquanto centralizam a atenção da população local sobre o esforço desenvolvimentista em sua área e despertam o interesse para as questões locais. Sei de inúmeros casos em que esses pequenos jornais exerceram considerável influência na administração local e ajudaram a formar a opinião, no tocante a questões políticas e econômicas. Se o desenvolvimento geral requer participação de cada área, esses jornais distritais têm importante papel a desempenhar na mobilização do esforço local (LERNER, 1973, p. 199).

Esta capacidade em definir os temas que entram na discussão social pode ser explicada através do modelo “*Agenda-Setting*”, desenvolvido por Maxwell McCombs e Donald Shaw nos anos de 1960. Segundo o modelo, os meios de comunicação determinam os assuntos discutidos pelas pessoas através da “definição da agenda”. A “agenda” refere-se a temas debatidos em tempo e lugar específicos. Dessa forma, a “agenda da mídia” representa temáticas e assuntos presentes nos meios de comunicação e a agenda pública considera os temas e assuntos presentes nas conversas entre as pessoas. O *Agenda-Setting* prevê que os temas da agenda da mídia definem a agenda pública, isto é, passarão a ser discutidos pelas pessoas uma vez pautados pela mídia. Por exemplo, se a mídia falar dos temas A, B e C, há uma tendência do público a tratar igualmente desses temas em suas conversas (MARTINO, 2014, p. 207). Conforme Martino (2014) os temas da mídia ganham importância em sua divulgação horizontal: não são as principais preocupações de ninguém, mas estão nas preocupações de praticamente todo mundo.

Uma vez que a pesquisa se propõe a verificar se o jornalismo local é capaz de colocar em pauta na esfera pública assuntos relacionados ao desenvolvimento regional, foi necessário estabelecer critérios para avaliar quais as notícias divulgadas pelo periódico se encaixam nesta função. Dessa forma, a avaliação utilizada baseia-se nos apontamentos realizados a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015 – 2030 (PED) elaborado pelo Conselho

Regional de Desenvolvimento (Corede) – Região Noroeste Colonial. Este conselho abrange os municípios de Augusto Pestana, Ajuricaba, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara. Quanto a questão populacional, Ijuí representa 47,88% dos habitantes da região de abrangência do Corede, motivo pelo qual o jornal deste município foi escolhido para servir de amostra para a pesquisa.

Para compreender os critérios utilizados neste estudo é importante ressaltar o papel desempenhado pelo PED<sup>8</sup> no que diz respeito ao planejamento de ações para o desenvolvimento regional. A construção do plano é realizada através da participação comunitária e as propostas apresentadas seguem a metodologia recomendada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul. Sua construção iniciou com um diagnóstico técnico da região e a apresentação destes dados em assembleias municipais e posteriormente em reuniões setoriais. Após isso, ocorreu a realização de assembleia regional para a aprovação de projetos prioritários em diferentes áreas, publicados no formato de Plano Estratégico. A organização do processo de planejamento tem como instâncias político-deliberativas os espaços municipais e regionais do Corede. Além disso, conta com um conselho de representantes em sete comissões setoriais: educação, saúde, assistência e inclusão social, segurança, agricultura, indústria e comércio e infraestrutura e gestão pública.

O processo de concepção deste planejamento estratégico para a região se desdobra em três fases: diagnóstico, relatório de propostas e a consolidação do plano a partir da sua publicação. A primeira, a do diagnóstico, contempla três etapas: diagnóstico técnico, com a apresentação das informações da região baseadas em fontes primárias e secundárias; a análise situacional, com momentos de debate e discussão em assembleias envolvendo a participação de agentes políticos, técnicos e sociedade, nos quais as informações são apresentadas, interpretadas e validadas conforme a realidade regional e, por fim, a análise de Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Fofa). Esta última tem como finalidade construir uma noção apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais, baseando-se no diagnóstico técnico, na análise situacional e na leitura do cenário externo. A segunda fase contempla o relatório de avaliação, no qual ocorre a chamada elaboração da carteira de projetos e a terceira fase dá conta da efetiva definição das ações para instituição do plano.

---

8 Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede. **Plano estratégico de desenvolvimento regional: 2015-2030/Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede**. Ijuí: Ed. Unijui, 2017.

Dessa forma, o PED apresenta as principais questões, problemáticas e desafios da região Noroeste Colonial, que emergiram a partir deste processo de construção e elaboração do planejamento, inseridas nas sete áreas pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico (setoriais temáticas). Com base neste diagnóstico, o Plano Estratégico de Desenvolvimento apresenta as chamadas macroestratégias para a região do Corede Noroeste Colonial e uma carteira de projetos que estão alinhados às questões emergentes nas sete setoriais temáticas.

Abaixo são apresentadas as sete setoriais temáticas que compõem o plano, as principais questões que emergiram a partir deste processo de planejamento em cada uma das áreas, bem como, os projetos sugeridos em cada segmento:

**Setorial Educação:**

- Programas de formação continuada voltadas aos professores do Ensino Médio e Fundamental. A principal temática levantada é relativa ao tema da inclusão;
- Retorno a programas de formação com ênfase ao meio rural;
- Modernização de bibliotecas, voltadas à questão da interatividade;
- Incentivo à produção científica dos docentes;
- Melhoria da infraestrutura de internet nas escolas.

**Projetos:** 1) Formação continuada de gestores e professores das escolas de Educação Básica da área de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação; 2) Aquisição, atualização e manutenção de equipamentos e softwares de informática para os laboratórios das escolas públicas de educação básica do Noroeste Colonial; 3) Atualização dos acervos bibliográficos das escolas de educação básica da área de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação; 4) Formação continuada para docentes no meio rural e 5) Formação continuada na área da inclusão.

**Setorial Saúde:**

- Implementação e consolidação do E-SUS;
- Ampliação dos programas de saúde do idoso;
- Aprofundar pesquisas e estudos relacionados ao câncer x agrotóxicos.

**Projetos:** 1) Centro de Referência Regional de Atenção Especializada à Pessoa Idosa; 2) Avaliação de resíduos de agrotóxicos em amostras de água, hortaliças consumidas na Região Noroeste do Estado do RS e ações educacionais ao trabalhador rural; 3) Controle de

qualidade da água para consumo humano em sistema de abastecimento coletivo nos municípios do Corede Noroeste; 4) Ambulatório de especialidades: traumatologia; 5) Projeto para aquisição de arco cirúrgico para o bloco cirúrgico da Associação Hospital Bom Pastor de Ijuí; 6) Plano de ação para a qualificação das salas de urgência nos serviços de saúde nos municípios; 7) Ambulatório de especialidades: cirurgia geral e urologia; 8) Projeto para aquisição de ressonância magnética para a Associação Hospital Bom Pastor de Ijuí; 9) Planos de ação regional para obtenção de veículos para o Samu; 10) Plano de ação regional para aquisição de tomógrafo para serviços de radiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Ijuí; 11) Fortalecimento do SUS-RS – Aquisição de ambulância para o município de Catuípe; 12) Saúde da Família PPC – Aquisição de veículo para o município de Nova Ramada; 13) Curso de assistência farmacêutica no SUS; 14) Estruturação física da Assistência Farmacêutica da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde; 15) Recursos para Unidade de Internação em Cuidados Prolongados (UCP) regional junto à Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba; 16) Ampliação do espaço físico da Sociedade Hospitalar Beneficente de Condor/RS – Geriatria; 17) Projeto para execução da obra que contempla a Estação de Tratamento de Efluentes no novo Hospital Bom Pastor, em Ijuí; 18) Ampliação do espaço físico da Sociedade Hospital Beneficente de Condor/RS – Saúde Mental; 19) Projeto para execução de etapa da obra que contempla escadaria central e lateral como forma de circulação vertical no novo Hospital Bom Pastor de Ijuí;

**Setorial Assistência e Inclusão Social:**

- Programas de acolhimento e atendimento de pessoas entre 19 e 49 anos;
- Ampliação da rede proteção à mulher, combate à violência contra a mulher;
- Ações e programas educacionais visando a redução da discriminação nos seus mais distintos aspectos.

**Projetos:** 1) Residência Inclusiva (para portadores de deficiência); 2) Atendimento ao usuário e ao dependente de drogas; 3) Rede de enfrentamento à violência contra a mulher – Construção de um centro de referência de atendimento à mulher; 4) Ações de divulgação e fortalecimento do Estatuto do Idoso e capacitações de agentes do segmento da pessoa idosa; 5) Práticas de justiça restaurativa nos espaços escolares: estratégias de promoção de direitos humanos, prevenção à violência e mediação de conflitos e 6) Jovens no mundo do trabalho.

**Setorial Segurança:**

- Aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil;
- Expansão dos serviços de videomonitoramento;
- Melhorias na infraestrutura do Corpo de Bombeiros.

**Projetos:** 1) Estruturação de grupo de mergulho, buscas e salvamento da Região Noroeste Colonial; 2) Renovação da frota de veículos da Brigada Militar e da Polícia Civil; 3) Aquisição de equipamentos de proteção individual (Coletes à prova de balas); 4) Reestruturação do serviço de atendimento pré-hospitalar e atividades de busca e salvamentos de pessoas vítimas de acidentes nos municípios do Corede Noroeste Colonial; 5) Aquisição de viatura leve para o efetivo do 12º Batalhão de Bombeiros; 6) Aquisição de conjuntos de roupa de combate a incêndio para o efetivo do 12º Batalhão de Bombeiros; 7) Cursos educacionais e profissionalizantes para ressocialização de apenados; 8) Construção de um stand de tiro com cobertura – Brigada Militar e 9) Videomonitoramento.

**Setorial Agricultura:**

- Programas de formação de pessoas com vistas à mão de obra especializada (nível intermediário);
- Melhoria na infraestrutura de energia e comunicações no meio rural;
- Potencializar a cadeia do leite.

**Projetos:** 1) Desenvolvimento da agroindústria; 2) Aquisição de equipamentos para agroindústrias, em Panambi; 3) Sistemas agroflorestais para a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do leite no Noroeste do Rio Grande do Sul; 4) Aquisição de equipamentos para agricultura familiar, em Nova Ramada; 5) Fortalecimento da Apicultura; 6) Apoio ao desenvolvimento da piscicultura e pesca; 7) Recuperação do Solo, em Nova Ramada e 8) Capacitação técnica gerencial dos agricultores familiares.

**Setorial Indústria e Comércio:**

- Criação de programas de apoio ao micro empreendedor individual;
- Ampliar parcerias em nível intra e interinstitucional;
- Fortalecer o turismo de eventos.

**Projetos:** 1) Implantação da Rota de Turismo Rural “Sabores e Saberes” de Ajuricaba – Terra do Peixe Cultivado; 2) Estruturação do Centro de Inovação em Alimentos da Unijuí;

3) Acesso a novos mercados externos, em Panambi; 4) Assessoria às micro e pequenas empresas individuais; 5) Programa Redes de Cooperação; 6) Projeto Extensão Produtiva e Inovação; 7) Inteligência da armazenagem brasileira (armazenagem de grãos, em Panambi) e 8) Construção de um espaço físico para abrigar empresas de base tecnológica.

**Setorial Infraestrutura e Gestão Pública:**

- Ampliação da rede de cobertura de comunicações (internet e celular);
- Garantir o acesso asfáltico ao município de Nova Ramada;
- Intensificação de processos de reciclagem e ampliação dos investimentos em reciclagem.

**Projetos:** 1) Política ambiental nos municípios do Noroeste Colonial; 2) Geração de emprego, renda e inclusão social no desenvolvimento da rede de coleta e do beneficiamento de resíduos recicláveis da região; 3) Qualificação de profissionais técnicos responsáveis pela emissão de licenças ambientais nos municípios da Região Noroeste Colonial; 4) Apoio à criação e consolidação dos distritos industriais da região; 5) Asfaltamento de acessos municipais; 6) Infraestrutura: Melhorias e ampliação no Aeroporto Regional João Batista Bos Filho; 7) Construção de rodovias, pavimentação com pedras irregulares Barro Preto – Formigueiro, em Nova Ramada; 8) Estudo de processo de elaboração e aplicabilidade de planos de mobilidade urbana; 9) Promover o projeto de saneamento regional: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais) e 10) Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries).

São estas questões apresentadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento que no decorrer deste estudo serviram como critério de avaliação das notícias divulgadas pelo Jornal da Manhã. Aquelas que abordaram algum dos conteúdos citados acima foram consideradas como as que se enquadram na função do periódico local em levantar debates a respeito do desenvolvimento regional, podendo pautar a esfera pública para a discussão destas temáticas na comunidade. É importante salientar que foram utilizados como critérios as questões de cada área de maneira geral, não limitando a avaliação das notícias apenas por estarem relacionadas aos projetos sugeridos. Por exemplo: na setorial temática da Agricultura, na questão sobre “potencializar a cadeia do leite”, foram consideradas todas as notícias e reportagens relacionadas ao assunto, não limitando apenas ao projeto 3 citado neste estudo,

que trata sobre “Sistemas agroflorestais para a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do leite no Noroeste do Rio Grande do Sul”.

### 3.3 Coleta e classificação dos dados

Para a realização desta pesquisa foram analisadas 100 edições de jornais no período de julho de 2017 a junho de 2018 (uma amostra de oito/nove edições por mês), contemplando a avaliação de 3.684 reportagens ou notícias publicadas no periódico Jornal da Manhã, do município de Ijuí, localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. As edições impressas do periódico estão disponíveis em forma digital no endereço eletrônico [www.clicjm.com](http://www.clicjm.com).

Não foram contemplados neste estudo notas ou artigos de opinião publicadas no periódico. A seção de “Coluna Social” do jornal, que em geral apresenta notas e fatos de personalidades locais em eventos sociais, também não foi analisada tendo em vista o foco do estudo. Para a organização da pesquisa e melhor avaliação dos dados, cada notícia foi analisada respondendo às questões de interesse da pesquisa, conforme exemplificado na tabela abaixo:

Tabela 1: Categorização das notícias – Exemplo 1

Data:	1 e 2/07/2017
Título da notícia:	Sala de Espera: STF classifica projeto desenvolvido em Ijuí
Nível (local, regional, estadual, nacional, mundial):	Local
Instituição a que está relacionada (fonte da informação):	Rede de Proteção à Mulher de Ijuí
Apresenta demanda regional?	Sim
Qual? (Setorial Temática)	Assistência e Inclusão Social
Questão emergente:	Ampliação da rede proteção à mulher, combate à violência contra a mulher
Temática:	Inclusão social

Dessa forma, cada notícia foi dividida conforme seu “nível de interesse”, que responde sobre a área de cobertura do conteúdo. Ou seja, foram consideradas de nível local as notícias relacionadas aos assuntos pertinentes à comunidade de Ijuí e de nível regional as que contemplam assuntos de interesse tanto de Ijuí, quanto de outros municípios que compõem a região. As notícias de nível estadual abordam assuntos de interesse em todo o estado do Rio Grande do Sul. Como exemplo, destaca-se a notícia que trata sobre a abertura de concurso para contratação de novos profissionais, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Categorização das notícias – Exemplo 2

Data:	05/07/2017
Título da notícia:	Segurança: Concurso público é anunciado pelo Estado
Nível (local, regional, estadual, nacional, mundial):	Estadual
Instituição a que está relacionada (fonte da informação):	Governo do Estado
Apresenta demanda regional?	Sim
Qual? (setorial temática)	Segurança
Questão emergente:	Aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil
Temática:	Segurança

Na mesma perspectiva, as notícias de nível nacional e mundial tratam-se daquelas que abrangem conteúdos de interesse em todo país e no exterior, respectivamente. A divisão entre níveis de interesse é de grande relevância na pesquisa para que posteriormente possamos analisar quais os conteúdos são predominantes no periódico: aqueles que tratam das problemáticas locais e regionais ou os de abrangência mais global e generalizada.

Cada notícia analisada também é categorizada respondendo à questão se contempla ou não alguma das demandas regionais apresentadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento. Se a resposta for “sim”, é apontada dentro de qual setorial temática esta notícia está inserida

(entre as sete: Educação, Saúde, Assistência e Inclusão Social, Segurança, Agricultura, Indústria e Comércio e Infraestrutura e Gestão Pública) e sobre qual questão emergente ela está relacionada, conforme destacado no tabela abaixo. Nesta categorização também são contempladas aquelas notícias que se referem ao Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Noroeste Colonial e ao processo de Consulta Popular.

Tabela 3: Categorização das notícias – Exemplo 3

Data:	05/07/2017
Título da notícia:	Segurança: Concurso público é anunciado pelo Estado
Nível (local, regional, estadual, nacional, mundial):	Estadual
Instituição a que está relacionada (fonte da informação):	Governo do Estado
Apresenta demanda regional?	Sim
Qual? (setorial temática)	Segurança
Questão emergente:	Aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil
Temática:	Segurança

O item “Temática” na tabela diz respeito à divisão de assuntos conforme o periódico Jornal da Manhã, uma vez que suas publicações não contemplam apenas assuntos relacionados a estas sete setoriais, sendo incorporadas outras áreas como: política, esporte, infraestrutura e transportes, meio ambiente, economia, energia, cultura, ações para a comunidade e demandas da comunidade. Esta última área inserida nas divisões temáticas está relacionada aos problemas estruturais locais que chegam ao jornal apresentados pela própria comunidade, que reivindica soluções por meio desta mídia local. São exemplos de demandas da comunidade: buracos em ruas, esgoto a céu aberto, limpeza de terrenos, entre outras demandas estruturais locais.

A organização das notícias neste formato possibilitou a análise das informações obtidas, de maneira a facilitar sua apresentação, interpretação, bem como, para promover as reflexões acerca das descobertas da pesquisa, apontadas no próximo item deste capítulo.

É importante destacar que, neste estudo, a pesquisadora realizou a tentativa de classificar as notícias analisadas em “notícias de interesse público” e “notícias de interesse privado”, o que não foi possível em função da dificuldade em avaliar se determinado assunto é publicado no jornal por se tratar de algo que interessa ao grande público, ou apenas a uma ou poucas pessoas, ou mesmo instituições. Seguem algumas situações para melhor compreensão: existem notícias que são divulgadas por uma instituição privada mas apresentam interesse público para determinado segmento. Por exemplo: o vestibular de uma instituição privada é de interesse público para os estudantes que desejam ingressar em uma graduação. No entanto, apesar de tematizar algo de interesse para muitos, a intenção de aparecer em um espaço no jornal é privada. Isso pode ser aplicado a várias instituições ou pessoas com o interesse em divulgar suas ações, ações estas que têm relevância para determinado público, constituindo interesse público. Outro exemplo pode ser observado na seguinte notícia: “Perondi defende reforma da previdência”. Trata-se do interesse do político em ter sua opinião expressa publicamente através do jornal, a partir de uma temática que é de interesse público: a reforma da previdência. Mas esta é uma questão secundária no estudo.

Salienta-se ainda que esta pesquisa não se propôs a analisar a capacidade do jornalismo em omitir determinadas ações ou fatos, tendo em vista que considera apenas as publicações do Jornal da Manhã, não fazendo correlações com os acontecimentos no período analisado e nem com outros jornais. As correlações foram realizadas a partir da análise comparativa entre as notícias avaliadas e as demandas apresentadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2013, elaborado pelo Conselho Corede – Região Noroeste Colonial.

### **3.4 Apresentação dos dados e análise geral**

Num total de 100 edições do Jornal da Manhã analisadas no período de um ano, foram encontradas 130 notícias que se encaixam nos critérios estabelecidos que identificam a função do conteúdo em levantar debates a respeito do desenvolvimento regional, representando uma média de mais de uma notícia por edição. No universo de notícias analisadas, estas 130

representam cerca de 3,5% do total de 3.684 notícias divulgadas pelo periódico neste período. Estas informações estão demonstradas nos gráficos a seguir.

Gráfico 1: Notícias que apresentam demanda regional x edições de jornais analisadas

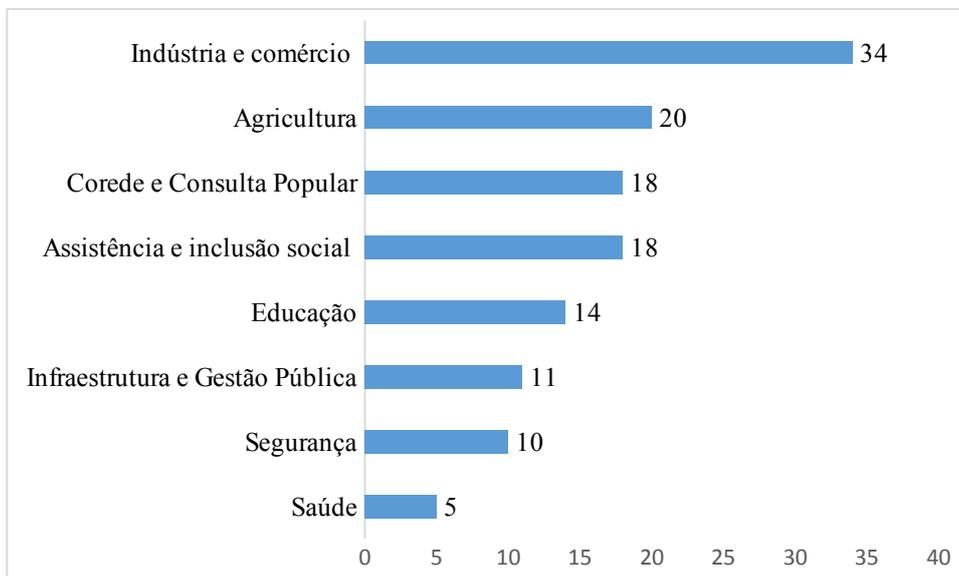
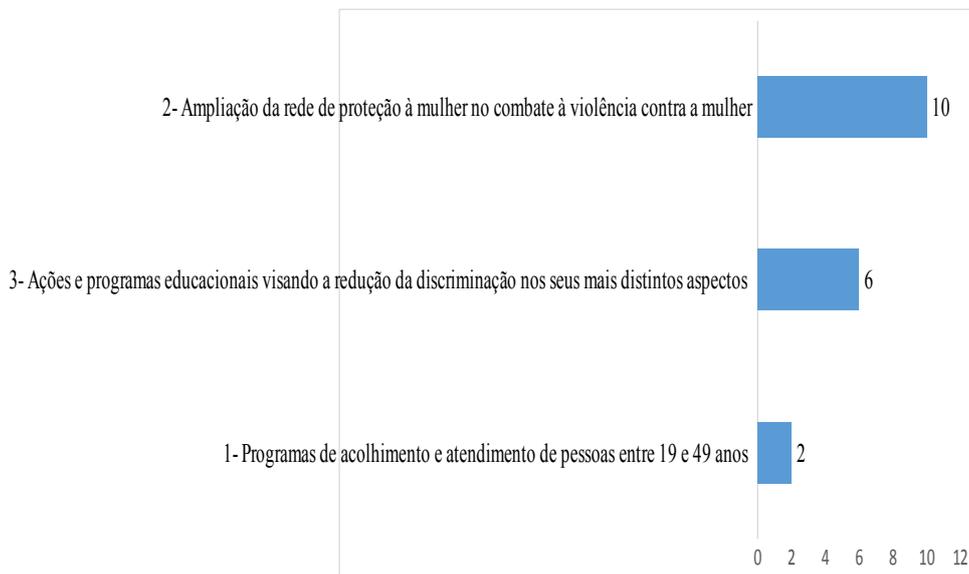
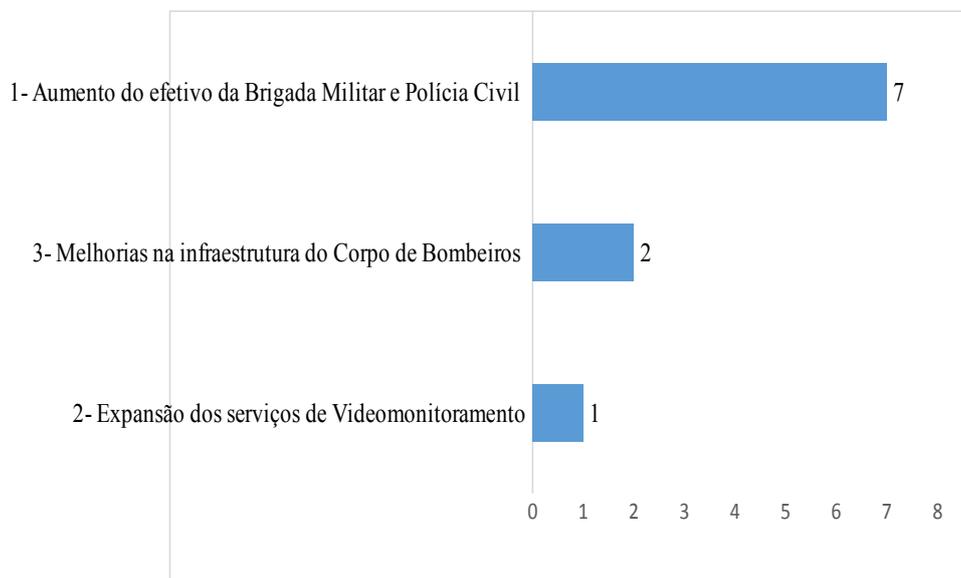


Gráfico 2: Número de notícias que apresentaram demanda regional



A partir da categorização das notícias, foi possível separá-las conforme as setoriais temáticas que abordam em seus conteúdos. A área que mais apresentou demandas regionais debatidas no jornal foi a de Indústria e Comércio, com 34 notícias relacionadas, seguida pela área da Agricultura (20), por assuntos relacionados ao Corede Noroeste Colonial e Consulta Popular (18), Assistência e Inclusão Social (18), Educação (14) Infraestrutura e Gestão Pública (11), Segurança (10) e Saúde (5), conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Divisão das notícias por setorial temática



A seguir serão apresentados os assuntos que estiveram mais presentes nas edições do jornal, dentre os relacionados ao desenvolvimento regional, em cada setorial temática.

### 3.4.1 Setorial Indústria e Comércio

Nesta área, o assunto predominante foi o relacionado às ações, projetos e atividades com vistas para a ampliação de parcerias em nível intra e interinstitucional, totalizando 15 notícias voltadas ao assunto. Nos conteúdos abordados por estas notícias destaca-se a articulação de instituições como Sebrae, Senac, Sindilojas, Poder Executivo e Associação Comercial e Industrial de Ijuí na criação e proposição de projetos para a promoção do desenvolvimento econômico local e regional. Percebe-se que a temática do desenvolvimento é constante na pauta destas instituições.

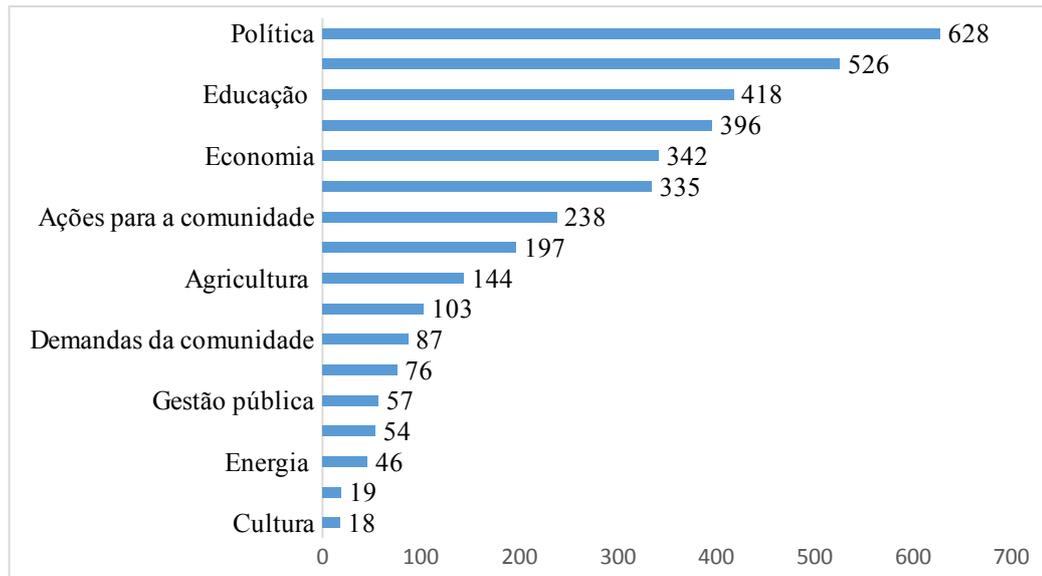
Fazem parte dos projetos, por exemplo, as iniciativas “Desenvolve Noroeste” e “Ijuí Mais”, promovidas pelo Sindilojas Noroeste e pela Associação Comercial e Industrial de Ijuí (ACI), respectivamente. O primeiro, realizado juntamente do Sebrae, busca a qualificação dos empresários associados ao Sindilojas, através de consultoria sobre aspectos relacionados à gestão de negócios e consequente melhoria do atendimento para atender as exigências do mercado. Esta qualificação e preparação das empresas serviria como vetor para o desenvolvimento econômico.

A criação dos projeto “Ijuí Mais”, iniciativa da ACI de Ijuí, também visa a promoção do desenvolvimento econômico no cenário municipal, juntamente de outros representantes do setor produtivo local. Ocorre a articulação para criar um plano de desenvolvimento da economia local através da interlocução de diferentes setores e apresentação de estratégias. Entre as notícias ainda aparecem conteúdos relacionados à qualificação, capacitação e formações para colaboradores e empresários, através da realização de encontros, palestras e fóruns, por exemplo.

O fortalecimento do turismo de eventos é abordado por 12 notícias na área da Indústria e Comércio, contemplando assuntos voltados para a realização de programações capazes de mostrar a força da produção local comercial, industrial e de serviços. Nesta questão emergente apresentada pelo PED foram consideradas notícias relacionadas à eventos regionais como a Feira de Negócios das Indústrias de Ijuí (Fenii), a Feira de Imóveis de Ijuí (Feimóveis) e a ExpoIjuí, bem como, a idealização de novos eventos locais e na região, com destaque também para a notícia relacionada à busca do município de Ijuí em ser reconhecida oficialmente como a Capital Nacional das Etnias.

As notícias que abordam a criação de programas de apoio ao Microempreendedor Individual (MEI) somam sete e em sua maioria estão relacionadas à oferta de incentivos aos microempreendedores para expandir e melhorar os seus negócios, como a oferta de linhas de crédito, programas de parcelamento de débitos e negociação de dívidas, além de atividades de capacitação promovidas na Semana do MEI. No gráfico abaixo estas informações estão representadas:

Gráfico 4: Notícias que apresentam questões emergentes em Indústria e Comércio



### 3.4.2 Setorial Agricultura

Nesta setorial temática o debate sobre a potencialização da cadeia produtiva do leite foi o assunto com maior destaque abordado pelo Jornal da Manhã, aparecendo em 19 notícias nas edições estudadas. Os conteúdos publicados contemplaram a realização de diversos debates que foram além do cenário regional, pautando também a esfera estadual e nacional sobre a chamada crise no setor leiteiro no período estudado. Destacam-se as discussões promovidas em feiras e eventos regionais e no estado, com a reivindicação e mobilização de produtores rurais, bem como a articulação de grupos e instituições, tais como o grupo de trabalho Construindo o Leite, o Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), o Instituto Gaúcho do Leite, o Conselho Paritário Produtores/Indústria de Leite do Estado (Conseleite) e Emater/RS-Ascar, na busca por melhorias para o setor. A discussão também entrou na esfera política, com debates promovidos pela Secretaria de Estado da Agricultura, Assembleia Legislativa, Ministérios e Senado, por exemplo.

A principal discussão diz respeito à queda sistemática do preço do leite pago ao produtor rural e o aumento do custo para a produção, fatores que vêm causando prejuízos e, por vezes, ocasionando o abandono da atividade. Através da análise das notícias é possível identificar que, como saídas para a crise no setor, as instituições relacionadas reivindicam a adoção de políticas econômicas como o incentivo ao consumo interno e a entrada do país no mercado de exportação do leite, a diminuição ou o fim do volume de leite importado

(principalmente do Uruguai) e a adoção de uma política de preços ao produtor que considere os custos para a manutenção da atividade de produção.

Ainda na setorial Agricultura, o debate sobre a melhoria na infraestrutura de energia e comunicações no meio rural foi secundário, aparecendo em apenas uma notícia entre a amostra de edições analisadas nesta pesquisa. Seu conteúdo apresenta o projeto realizado pela Ceriluz em seus municípios de abrangência na região, que está viabilizando a instalação de fibra ótica, tecnologia que permite sinal de internet banda larga no meio rural. O projeto considera que além do fornecimento da energia, a chegada da internet no campo trata-se de uma necessidade atual para a comunidade, antes desassistida neste quesito.

A questão emergente apontada pelo PED sobre a realização de programas de formação de pessoas com vistas à mão de obra especializada não apareceu como conteúdo entre a amostra de notícias analisadas. No gráfico a seguir são mostrados os números referentes à esta seção:

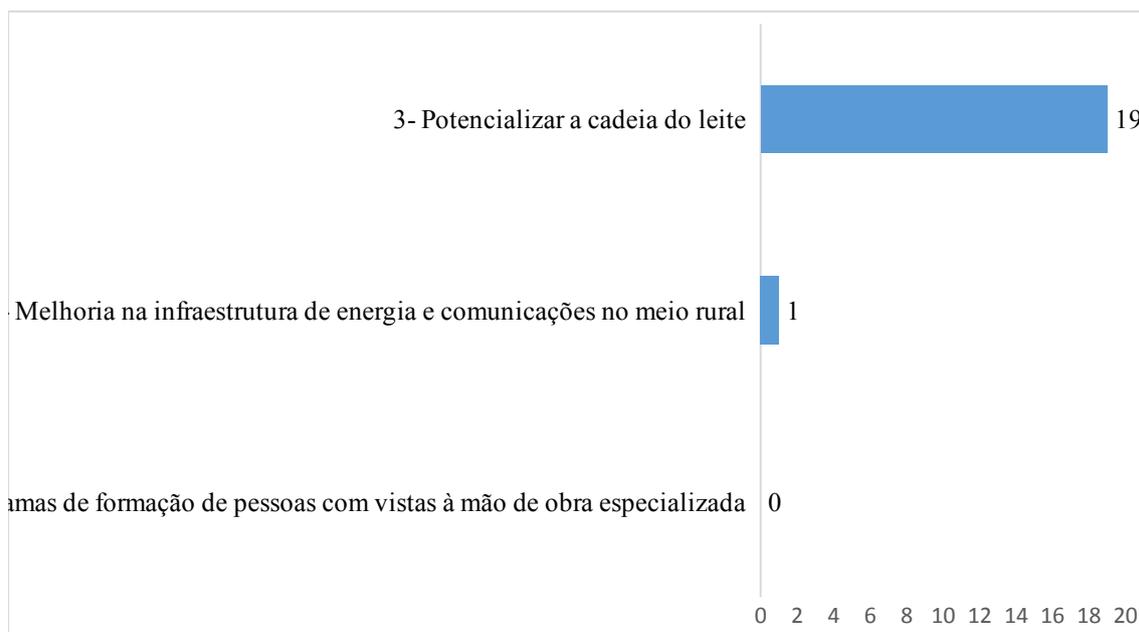


Gráfico 5: Notícias que apresentam questões emergentes em Agricultura

### 3.4.3 Setorial Assistência e Inclusão Social

A questão emergente relacionada à ampliação da rede de proteção à mulher no combate à violência contra a mulher foi predominante no conteúdo publicado pelo periódico estudado na setorial Assistência e Inclusão social, totalizando 10 notícias no período da pesquisa. Destaca-se a articulação local das instituições que integram a Rede de Atenção à Mulher, formada pelo Fórum Permanente da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Unijuí, Delegacia da Mulher e Coordenadoria da Mulher, bem como, a Patrulha Maria da Penha (Brigada Militar), na promoção de discussões que refletem sobre o problema da violência contra a mulher. Os assuntos da área estiveram mais presentes na pauta do jornal durante o mês de março, período em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher. Salienta-se a realização de Seminário Regional para o debate sobre a Lei Maria da Penha, seus avanços e retrocessos e de audiência pública para apresentação do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, no município de Ijuí. Criada pela Coordenadoria Municipal da Mulher, a iniciativa tem o objetivo de nortear ações nesta área e incrementar políticas públicas, tratando sobre temas como igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher, participação da mulher nos espaços de poder e decisão, saúde, direitos sexuais e reprodutivos e educação para igualdade e cidadania.

Outra ação de destaque local considera o projeto “Sala de Espera”. Pioneiro no Rio Grande do Sul e desenvolvido localmente através da parceria entre a Rede de Atenção à Mulher e o Poder Judiciário, o projeto dispõe de assistência psicológica e jurídica às mulheres. Além disso, a partir desta iniciativa, antes das audiências preliminares relacionadas a casos da Lei Maria da Penha ocorre o acolhimento, tanto de mulheres quanto de homens, com profissionais especializados que abordam o ciclo da violência doméstica. A intenção é de que estas pessoas conheçam e se reconheçam neste ciclo, para que assim possam interrompê-lo. A partir das notícias analisadas é possível verificar a articulação das instituições

relacionadas à área na busca de alternativas para a prevenção da violência contra a mulher, colocando este assunto em debate na comunidade.

A questão emergente relacionada à realização de ações e programas educacionais visando a redução da discriminação nos seus mais distintos aspectos foi pauta de seis notícias que abordaram assuntos como auxílios, doações, eventos e projetos em andamento promovidos pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) da região. Duas notícias analisadas dentro desta setorial temática estiveram relacionadas à questão de programas de acolhimento e atendimento de pessoas entre 19 e 49 anos, com destaque para a falta de amparo ideal em Ijuí e a necessidade de criação de um espaço adequado, com profissionais qualificados, para o atendimento de pessoas em vulnerabilidade social, moradores de rua ou em situação de rua. As informações estão representadas no gráfico abaixo:

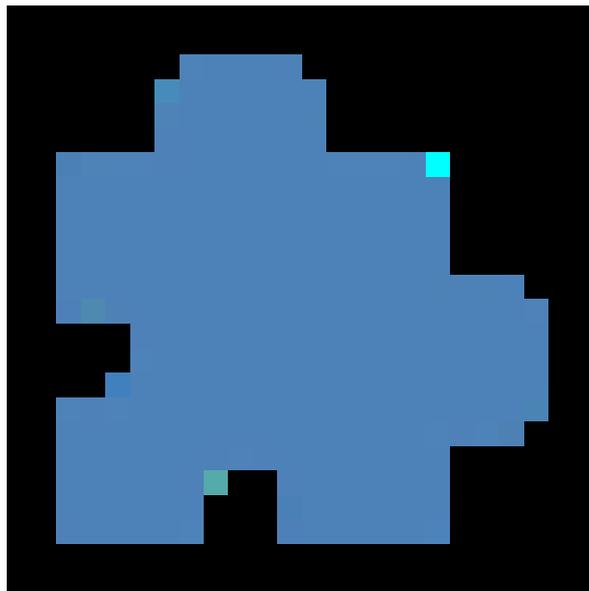


Gráfico 6: Notícias que apresentam questões emergentes em Assistência e Inclusão Social

#### 3.4.4 Setorial Educação

Na setorial temática relacionada à educação, o assunto predominante entre as notícias avaliadas que apresentaram conteúdo voltado ao desenvolvimento regional foi a realização de capacitações envolvendo a participação de professores, contemplando a questão “Programas de formação continuada voltada aos professores de Ensino Médio e Fundamental. A principal

temática levantada é relativa ao tema da inclusão”. No total, foram encontradas 11 notícias relacionadas ao assunto. Neste ponto, destaque para a atuação da 36ª Coordenadoria Regional de Educação (36ª CRE), já que, em sua maioria, estas formações publicadas pelo jornal tiveram a 36ª CRE como entidade promotora. Esta entidade também é a fonte de informação da notícia “Grupos de estudos reúnem professores das escolas do campo”, única notícia relacionada ao assunto “Retorno a programas de formação com ênfase ao meio rural”.

Apesar de apresentar um número não muito expressivo em termos de notícias relacionadas ao desenvolvimento regional, a área da educação é pauta recorrente nas publicações do Jornal da Manhã, aparecendo em terceiro lugar no *ranking* de notícias totais publicadas pelo periódico, com 418 notícias. Entre as pautas relacionadas ao assunto que não aparecem no PED do Corede Noroeste Colonial está o debate sobre escolas em tempo integral, greve de professores e o repasse de recursos para investimentos na infraestrutura das escolas. Este último, no entanto, apresentou a divulgação de investimento em outras estruturas das escolas, como salas de aula e quadras de esportes (o Plano Estratégico de Desenvolvimento aponta para investimentos em bibliotecas e infraestrutura de internet).

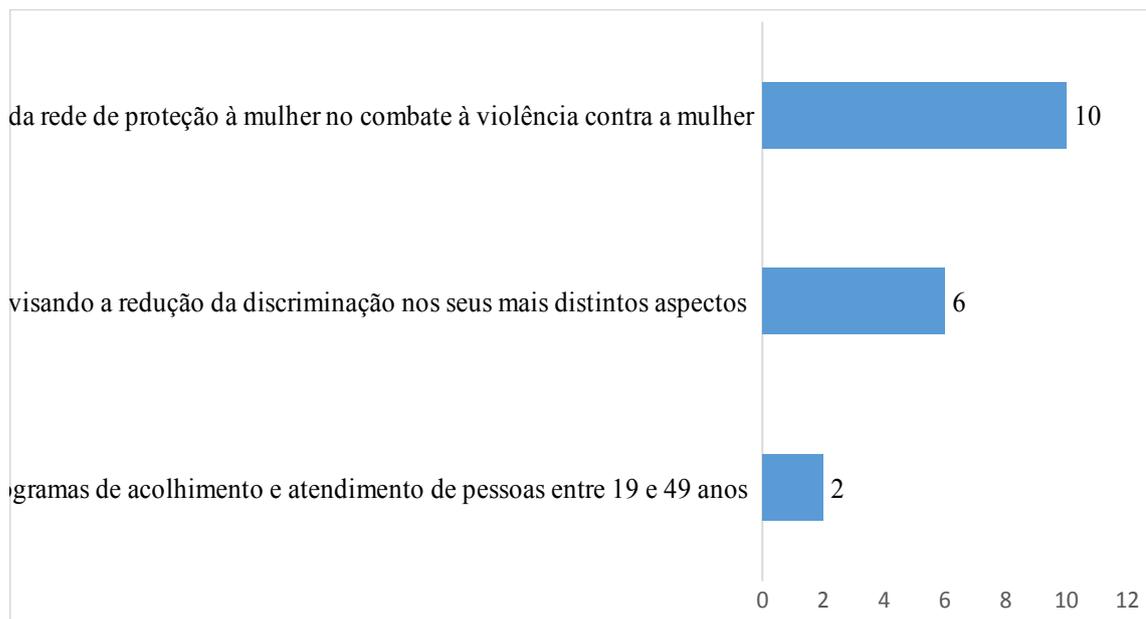


Gráfico 7: Notícias que apresentam questões emergentes em Educação

### 3.4.5 Setorial Infraestrutura e Gestão Pública

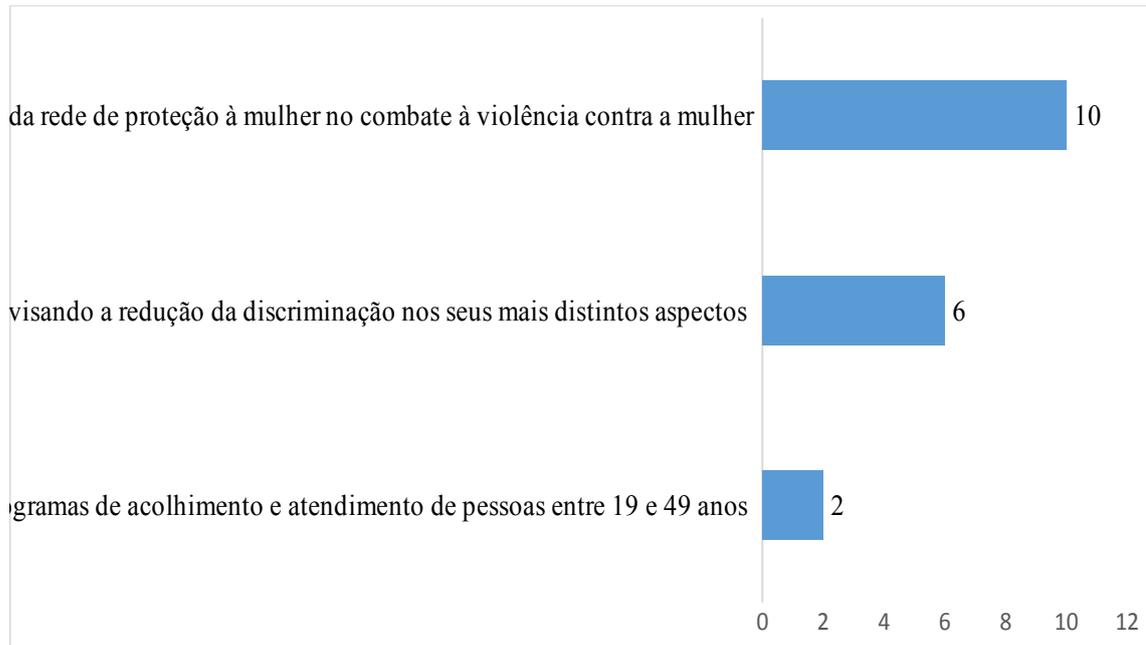
O debate acerca da intensificação de processos de reciclagem e ampliação dos investimentos em reciclagem foi destaque nos conteúdos abordados pelo Jornal da Manhã nesta setorial, com a publicação de oito notícias sobre a temática. Salienta-se a articulação das

instituições da área, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ijuí, o Conselho Municipal de Energia e Meio Ambiente (Consema) e o Fórum da Agenda 21, em promover ações que buscam melhorar as condições de trabalho dos recicladores, através de suas associações, refletindo-se na possibilidade de aumento na renda.

Entre as iniciativas presentes nas notícias analisadas, destaque ainda para a implementação de projeto socioambiental que prevê a instalação de um centro de triagem de resíduos sólidos (lixo seco) para abrigar as associações de catadores de Ijuí. A ação faz parte de política promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a melhoria nas condições de trabalho dos catadores do município, geração de renda e reaproveitamento de materiais. Também pautaram as notícias analisadas a aprovação pelo Consema da ampliação de galpão de uma das associações de catadores de Ijuí, bem como, a realização de melhorias em sua estrutura, além da reorganização de ecoponto para o recebimento exclusivo de vidros. Debates realizados pelo Fórum da Agenda 21 para a gestão do lixo no município, destacando a importância da separação dos resíduos, o baixo índice de reaproveitamento e a chegada de materiais misturados (lixo seco e orgânico) às associações, também estiveram entre os assuntos desta questão emergente, assim como, a demanda de uma das associações de recicladores de Ijuí, reivindicando espaço físico coberto para exercer a atividade de reciclagem.

A questão emergente sobre a garantia de acesso asfáltico ao município de Nova Ramada esteve em pauta em duas notícias analisadas. O assunto foi levado pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) para debate junto ao governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes. Na região do Corede Noroeste Colonial, somente Nova Ramada ainda não possui acesso asfáltico. Além disso, o município não tem as ruas principais da cidade asfaltadas, já que estas pertencem ao Estado. Uma das notícias nesta área foi justamente a articulação da prefeitura deste município na busca pela municipalização das vias, já que o Estado não tem realizado os investimentos necessários. O assunto relacionado à ampliação da rede de cobertura de comunicações (internet e celular) não surgiu na amostra de notícias analisadas por este estudo. O gráfico a seguir apresenta as informações:

Gráfico 8: Notícias que apresentam questões emergentes em Infraestrutura e Gestão Pública



### 3.4.6 Setorial Segurança

A questão emergente nesta setorial temática que trata sobre o aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil foi o conteúdo de sete notícias analisadas neste estudo. Entre os assuntos abordados estiveram a abertura de concursos públicos por parte do Governo Estadual para preencher vagas e incrementar a Brigada Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, atendendo às necessidades da segurança pública no interior do estado. Também estiveram em pauta a convocação de novos profissionais e a abertura de vagas através de concurso para delegados na Polícia Civil.

No âmbito da promoção de melhorias na infraestrutura do Corpo de Bombeiros, o assunto foi abordado por duas notícias, as quais apresentaram conteúdo sobre ferramenta agregada ao Batalhão para atendimento de acidentes de trânsito (desencarcerador hidráulico). O instrumento é utilizado principalmente no salvamento de vítimas de acidentes de trânsito presas às ferragens dos veículos. Na questão voltada para a infraestrutura do Corpo de Bombeiros, destaque ainda para a instalação de um Grupo de Mergulhadores para atuação em salvamentos nas águas da região. Assim, o Batalhão regional não depende mais da vinda de profissionais de locais distantes, como Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre, para atender ocorrências deste tipo. Conteúdo sobre a expansão dos serviços de videomonitoramento foi abordado em uma das notícias analisadas, no entanto, em local específico no município de

Ijuí: No Parque de Exposições Wanderlet Burmann, durante a Expoijuí Fenadi 2017. A seguir, a divisão de notícias conforme questão emergente nesta setorial temática.

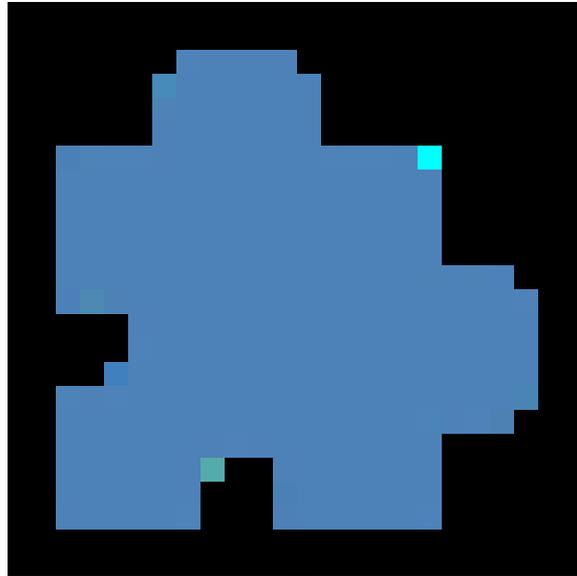


Gráfico 9: Notícias que apresentam questões emergentes em Segurança

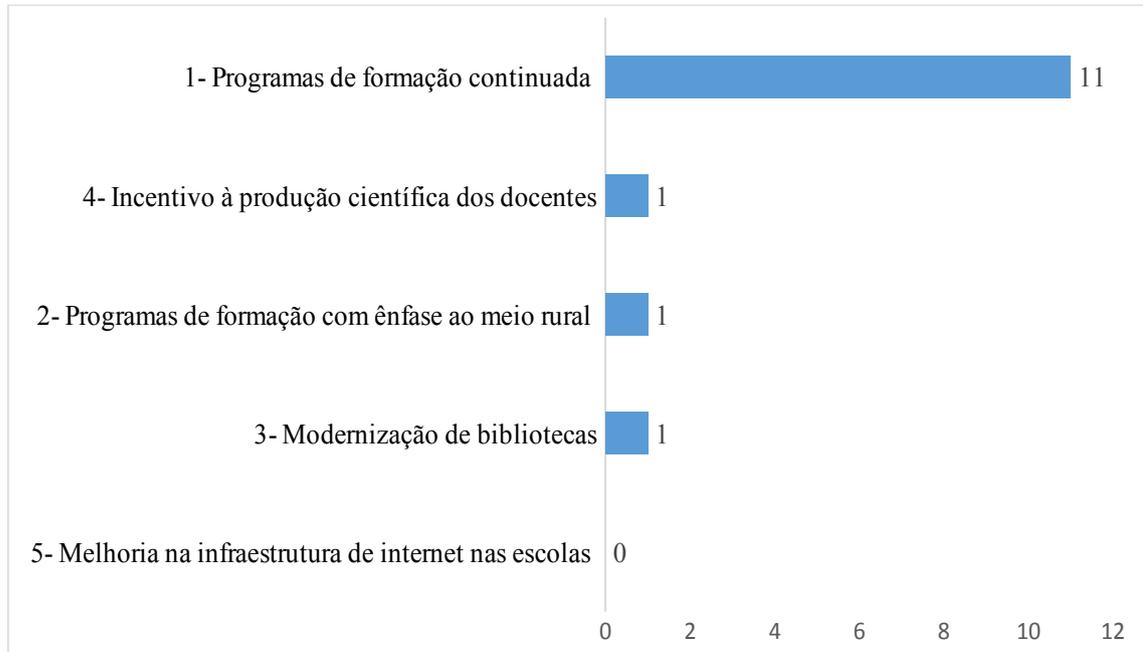
### 3.4.7 Setorial Saúde

Apesar de se constituir como um assunto de extrema importância e relevância no contexto do desenvolvimento regional, as questões emergentes na área da saúde foram as que menos apareceram nas notícias publicadas no Jornal da Manhã no período do estudo, totalizando apenas cinco, num universo de 100 edições do periódico analisadas.

No entanto, no total de notícias avaliadas pelo estudo, pode-se confirmar que a área da saúde está, em geral, entre as temáticas mais debatidas pelo periódico de Ijuí. Ela aparece em sexto lugar, com 335 notícias relacionadas ao assunto. Uma série de debates relativos à saúde foi abordada pelo Jornal da Manhã ao longo do período estudado. Porém, não abordam as questões levantadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento. São exemplos: debates sobre a abertura das Unidade de Pronto Atendimento (UPAs); implementação do curso de Medicina em Ijuí e a estrutura dos hospitais para abrigar esta ação; emendas parlamentares direcionadas aos hospitais que não são utilizadas nas áreas específicas apontadas pelo PED; em Ijuí, a falta de orçamento na saúde para diminuir a fila de exames e consultas; o aumento de usuários do Sistema Único de Saúde em função da crise econômica, que faz com que as pessoas deixem de utilizar seus planos; crise financeira no estado do Rio Grande do Sul, que deixou de

repassar os recursos necessários à saúde nos prazos estabelecidos e acumulou dívida com municípios e hospitais, bem como, o contingenciamento de recursos por parte do estado para as instituições de saúde.

Gráfico 10: Notícias que apresentam questões emergentes em Saúde



### 3.5 Análise geral e descobertas da pesquisa

Numericamente a quantidade de notícias que aborda as principais temáticas relacionadas ao desenvolvimento, de acordo com os critérios baseados no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Noroeste Colonial, parece inexpressiva num universo em que entre 3.684, apenas 130 delas tenham seus conteúdos voltados para o desenvolvimento regional. No entanto, além destes números, é importante considerar outros fatores que emergiram a partir da realização desta pesquisa, capazes de responder a problemática proposta pelo estudo, quanto a capacidade do jornalismo local em dar ênfase e promover debates na esfera pública sobre as demandas regionais que precisam de atenção apontadas pelo PED.

A partir das informações apresentadas em cada uma das sete setoriais temáticas trabalhadas neste estudo, foi possível verificar a presença de questões regionais dominantes, que entraram na pauta do jornalismo local por diversos momentos, com presença destacada em comparação com outras questões que tiveram menor evidência ao longo do período do estudo. A partir da análise de 100 edições do Jornal da Manhã é possível classificar as

questões emergentes: a) Potencializar a cadeia do leite, da setorial temática Agricultura; b) Ampliar parcerias em nível intra e interinstitucional, da setorial Indústria e Comércio; c) Programas de formação continuada, da setorial Educação e d) Ampliação da rede de proteção à mulher no combate à violência contra a mulher, que integra a área de Assistência e Inclusão Social, como questões que prevaleceram nas notícias publicadas pelo periódico ijuiense, considerando as edições que serviram de amostra para este estudo. O gráfico abaixo apresenta a classificação dos assuntos que se destacaram entre as questões emergentes do desenvolvimento regional.

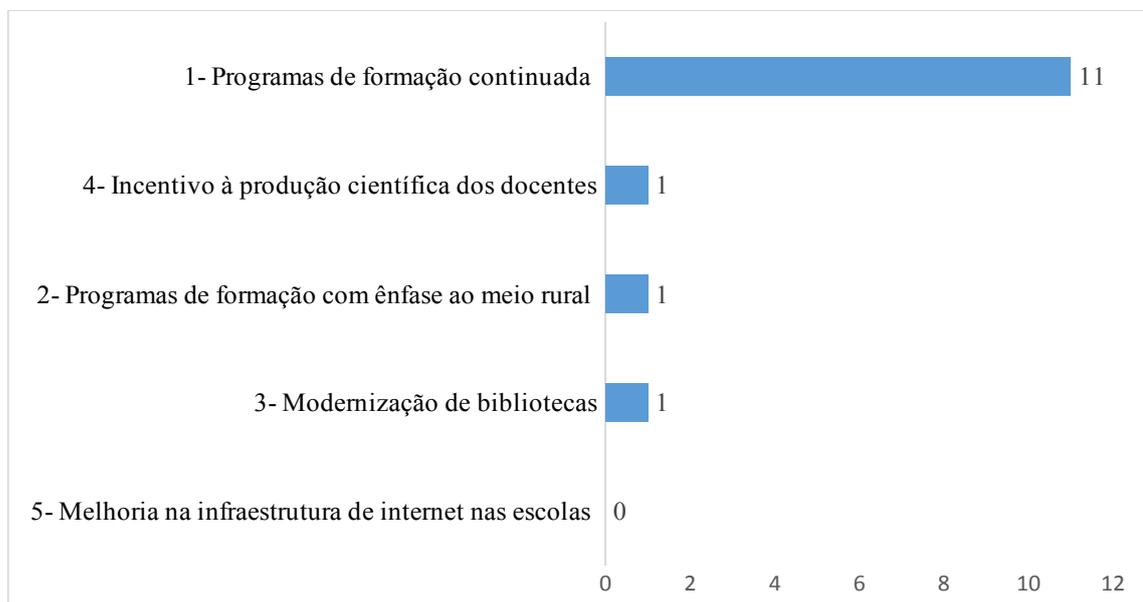


Gráfico 11: Assuntos em destaque nas edições analisadas

Estes quatro assuntos foram recorrentes ao longo das edições analisadas, fator que possibilitou a ampliação de uma esfera de debates, ocasionada não apenas pelo veículo de comunicação pesquisado, mas com origem na mobilização e articulação das instâncias e instituições relacionadas às áreas, que levaram as suas reivindicações, demandas e necessidades, bem como, as suas iniciativas e proposições para o debate público através do jornalismo local. Esta análise aponta para a reflexão de que, quanto maior a mobilização das diversas instituições e segmentos sobre as suas lutas e demandas e ações, maior também será a possibilidade destas serem abordadas pelo jornalismo local.

Alinhado a isso, é importante salientar a forma de atuação do jornalismo, que baseia-se em critérios para a publicação dos fatos que ocorrem no cotidiano. Afinal com a imensa quantidade de informações e acontecimentos diários é preciso estabelecer diretrizes para

selecionar aquilo que merece ou não ser publicado, ganhando repercussão nos meios de comunicação. Tratam-se dos chamados critérios de noticiabilidade e valores de notícia, que contemplam, por exemplo, a avaliação de aspectos como a proximidade e, principalmente, a atualidade de um determinado acontecimento.

Considerando a análise realizada através desta pesquisa, bem como, a utilização destes critérios empregados no jornalismo, é possível inferir sobre os motivos pelos quais algumas demandas regionais não estão presentes na pauta do Jornal da Manhã. O debate das políticas públicas apresentadas no PED não prevalece nas edições do periódico estudadas. No entanto, será que estas demandas estão sendo debatidas na esfera pública? O que se propõe com este questionamento é refletir também sobre a atuação das entidades e instituições responsáveis por colocar em prática e efetivar as ações propostas no Plano Estratégico de Desenvolvimento.

As descobertas a partir desta pesquisa apontam para reflexões que vão além dos meios de comunicação e da capacidade do jornalismo local em promover debates na esfera social. É preciso salientar que a comunicação, neste estudo representado pelo jornalismo local, por si só não é capaz de gerar o desenvolvimento de uma comunidade, mas atua como um agente que colabora nesta função. Pode-se destacar que o propulsor do desenvolvimento está na mobilização entre as diversas áreas que formam uma sociedade, suas estruturas governamentais, instituições e pessoas. Mobilização esta que pode vir a se concretizar em projetos, programas, atividades e ações efetivas.

A partir deste estudo é possível identificar que, de maneira geral, o jornalismo local coloca em pauta assuntos que também estão na pauta do desenvolvimento regional, com base no PED, bem como, coloca em discussão outras demandas locais, sendo este o seu principal foco: apresentar conteúdo de proximidade com o ambiente onde está inserido. No entanto, é possível verificar que determinadas questões prioritárias dentro das setoriais temáticas possuem maior destaque entre as notícias do que outras, como já foi exemplificado através da cadeia do leite a da ampliação de parcerias na área da indústria e comércio. Sendo assim, a pesquisa mostra que o jornal local é um meio em que se pode promover estes debates, e que eles estão presentes. Os conteúdos sobre estes desafios regionais apontados pelo processo de planejamento do Corede Noroeste Colonial não se apresentam como “dominantes”, mas existem.

Dessa forma, esta análise reforça a percepção de Martino (2014) sobre os meios de comunicação: é através dele que a sociedade civil se expressa, deixando que assuntos de interesse público permaneçam vivos no cenário social. A presença do debate sobre o

desenvolvimento regional nas notícias publicadas pelo Jornal da Manhã também ratifica duas funções da comunicação apontadas por Marques (2008) com base na reformulação da perspectiva teórica de Habermas: a) O poder de publicização e visibilidade a diferentes questões, públicos e contextos e b) Os meios de comunicação retiram da condição de invisibilidade várias demandas.

No entanto, há projetos e ações propostas no Plano Estratégico de Desenvolvimento que figuram poucas vezes ou não aparecem nas notícias analisadas durante o período do estudo, apontando para três reflexões principais: 1) Estas ações precisam ser mais divulgadas? 2) Estas ações estão sendo realizadas? 3) As instituições, entidades e pessoas relacionadas a estas áreas estão articuladas para efetivar estas ações e projetos? Novamente é possível reforçar a reflexão de que: se estas questões não estão sendo apresentadas pelo jornalismo local há a possibilidade de que não estejam sendo debatidas na esfera pública.

Neste quesito, também podemos ressaltar a questão levantada por Büttenbender; Siedenberg; Allebrandt (2011), quanto a atuação dos Coredes, seu conjunto de atribuições legais, bem como, suas dificuldades em atuar de forma mais consistente e pró-ativa na defesa dos interesses regionais. Para os autores, os Coredes devem superar a ideia de terem sido criados prioritariamente para realizar o levantamento de demandas regionais a serem incorporadas ao orçamento estadual, na função de atender minimamente os procedimentos necessários para habilitar-se à participação do rateio orçamentário destinado à Consulta Popular. Segundo Büttenbender; Siedenberg; Allebrandt (2011), em muitas regiões se verifica que os Coredes aparentemente devem a razão de sua existência unicamente a esta vinculação, o que representa, sem menor sombra de dúvidas, um reducionismo inaceitável de suas atribuições (BÜTTENBENDER, SIEDENBERG; ALLEBRANDT; 2011, p. 96-97).

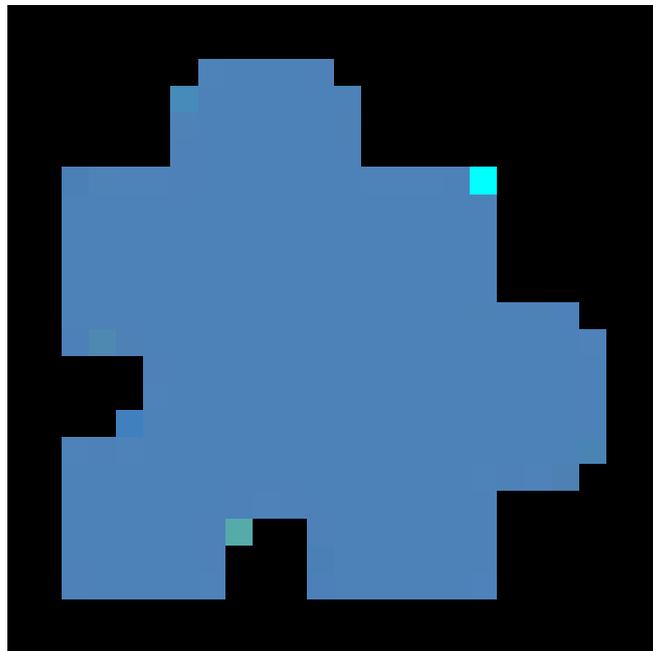
Além disso, retomando as considerações de Marques (2008), a presença de determinados assuntos em destaque entre as edições estudadas pode ser explicada pelas desigualdades existentes na intervenção de diferentes públicos no espaço mediático, os quais o autor classifica como públicos fortes e públicos fracos. Os primeiros caracterizam-se como atores centrais, institucionalizados ou elite com acesso amplo aos canais mediáticos. Neste sentido, pelo que mostra esta análise as instituições das áreas da Agricultura, Indústria e Comércio e da Educação seriam as que constituem os chamados públicos fortes, articulados para manter uma presença recorrente nos meios de comunicação.

É importante destacar que as questões emergentes no âmbito regional precisam disputar espaço com outras questões de relevância nos níveis de interesse estaduais e nacionais, por exemplo, bem como, com assuntos locais e regionais que não estão

contemplados neste plano. Acontecimentos de grande relevância e repercussão nas esferas estadual e nacional também estiveram presentes nas notícias publicadas no período da amostra, formando uma corrente de discussões sobre estas temáticas, que pautaram também a agenda pública de debates. Em âmbito nacional, destaque para a ampla divulgação da corrupção na política através de notícias relacionadas às denúncias de Aécio Neves, Luiz Inácio Lula da Silva e Michel Temer, à operação Lava Jato, às reformas propostas pelo Governo Federal (política, trabalhista e previdenciária) e à crise econômica e aumento de impostos que gerou mobilizações em todo país. No cenário estadual, notícias sobre a crise econômica do Rio Grande do Sul e a sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal foram predominantes.

Considerando a avaliação de todas as notícias publicadas nas edições da amostragem, o assunto predominante na pauta do Jornal da Manhã é a política, com a divulgação de 628 relacionadas à área, seguida pela segurança (526 notícias), educação (418 notícias), esporte (396 notícias) e economia (342). O gráfico abaixo mostra as demais temáticas.

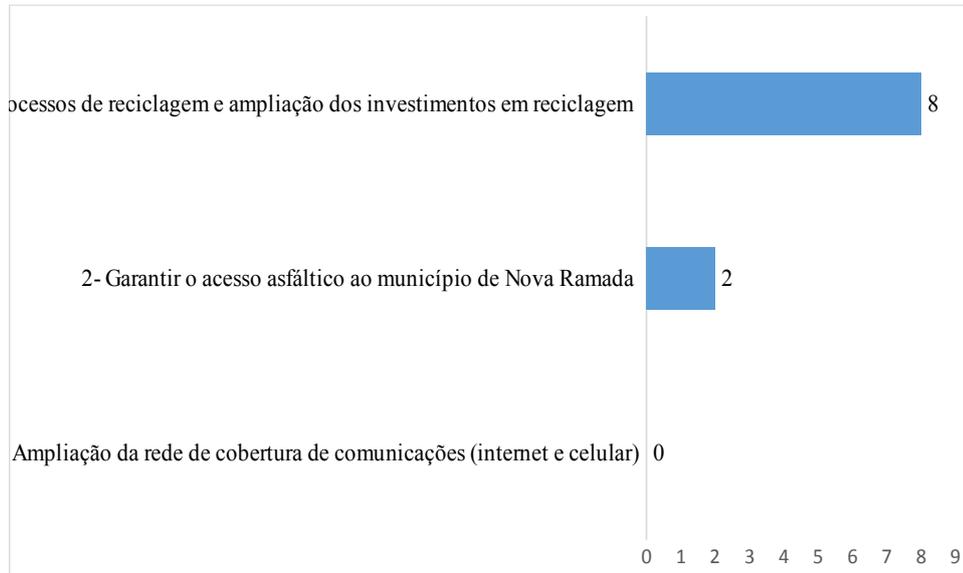
Gráfico 12: Principais temáticas abordadas pelo Jornal da Manhã



Se forem consideradas apenas as notícias publicadas pelo Jornal da Manhã nas áreas prioritárias estabelecidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (setoriais temáticas) o universo geral de notícias totaliza 1.799, divididas conforme o gráfico a seguir. Neste recorte, as 130 notícias relacionadas ao desenvolvimento regional representariam cerca de 7,22%

deste total. Os assuntos em destaque entre estas áreas são: Segurança (526 notícias), Educação (418 notícias) e Saúde (335).

Gráfico 13: Notícias publicadas pelo Jornal da Manhã relacionadas às áreas prioritárias do PED Corede Noroeste Colonial



Baseando-se no referencial teórico desta pesquisa, que aponta para a importância da valorização do local frente às perspectivas globalizantes e na atuação do jornalismo voltado à informação de proximidade, focado nos interesses das comunidades locais e regionais, é possível constatar que o Jornal da Manhã atende a estas perspectivas ao abordar em sua grande maioria conteúdos relacionados aos níveis de interesse local e regional. Ou seja, diferentemente do aspecto global, no qual há a valorização pelos fatos e acontecimentos mundiais, ou mesmo nacionais, o periódico ijuicense traz em sua pauta principalmente notícias relacionadas ao município de Ijuí e às cidades da região. Além disso, apesar de algumas notícias terem sido classificadas como de interesse nacional neste estudo, destaca-se que o jornal consulta fontes de informação locais para abordar o assunto localmente, trazendo a temática à luz da realidade que está próxima ao leitor. Do total de 3.684 notícias analisadas, 1.628 foram classificadas como notícias de interesse local, 892 como notícias de interesse nacional, 678 como de interesse estadual, 472 notícias voltadas a assuntos de municípios da região e apenas 14 notícias de abrangência mundial. O número de notícias locais representa 44,1% do total de notícias analisadas neste estudo.

Por que a importância do debate local? As discussões locais apresentadas ou fortalecidas pela comunicação apresentam-se com extrema relevância, uma vez que são

capazes de formar uma esfera pública de debates sobre as problemáticas que estão próximas ao leitor. A abordagem de conteúdo de proximidade é capaz de criar uma esfera de debate local, o que se difere da divulgação de conteúdos nacionais ou internacionais, considerados dominantes na pauta dos grandes meios de comunicação. O gráfico a seguir mostra a classificação das notícias analisadas conforme o nível de interesse:

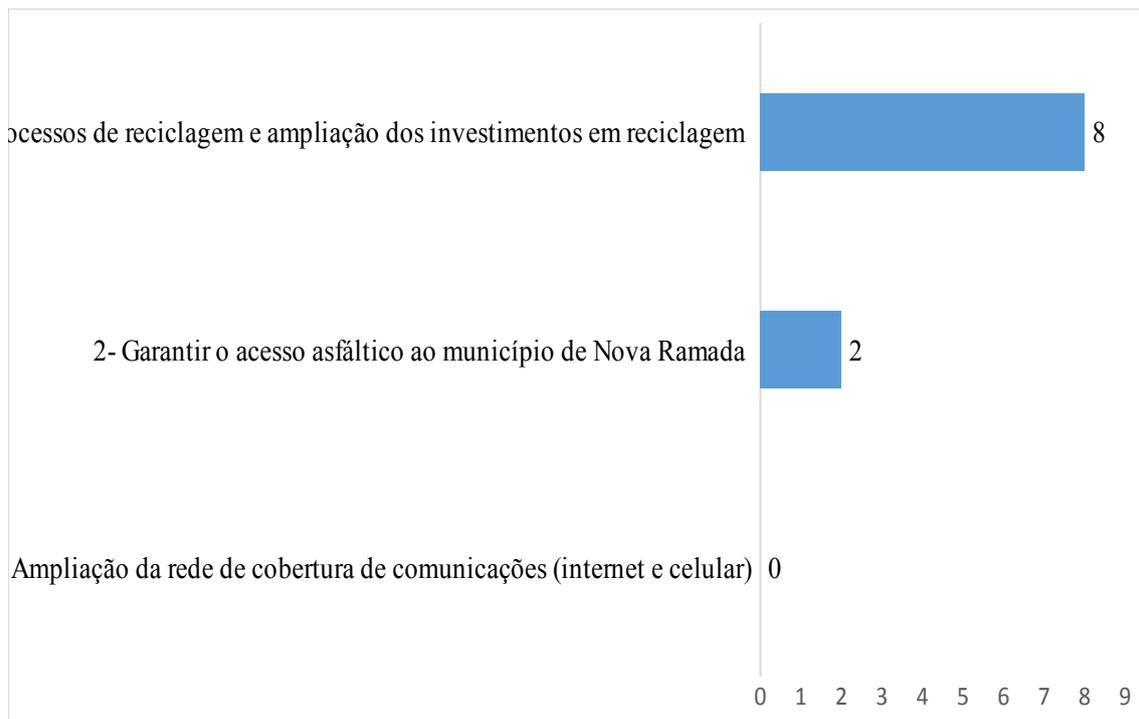


Gráfico 14: Classificação das notícias conforme o nível de interesse

Não podemos afirmar, no entanto, que apesar da presença de uma grande maioria de notícias locais, o Jornal da Manhã está livre de questões apresentadas como dominantes, ou mesmo de distorções ou omissões. Uma vez que se trata de uma mídia de propriedade privada comercial, sua atividade pode ser afetada ou ganhar reflexos de interesse políticos e econômicos, bem como, da atuação das assessorias de comunicação, conforme apresentado na terceira seção do segundo capítulo deste estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise comparativa entre as edições do Jornal da Manhã e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) - região Noroeste Colonial é possível verificar que conteúdos relacionados às questões, problemáticas e desafios sobre o desenvolvimento regional estão na pauta de conteúdos apresentados pelo periódico ijuiense no período estudado. No entanto, não apresentam-se como assuntos predominantes ou que se destacam entre o total de notícias publicadas.

Entre as 130 notícias que abordaram questões relacionadas ao desenvolvimento regional foi possível verificar a presença de assuntos regionais dominantes, que entraram na pauta do jornalismo local com presença destacada em comparação com outras questões que tiveram menor evidência. Os destaques foram as setoriais temáticas da Agricultura, Indústria e Comércio, Educação e Assistência e Inclusão Social, com assuntos voltados à potencialização da cadeia do leite, à ampliação de parcerias entre instituições, à realização de programas de formação continuada aos professores e à ampliação da rede de proteção à mulher no combate à violência, respectivamente.

A partir deste viés de análise é possível considerar que a possibilidade de determinados assuntos pautarem as publicações do jornal aumenta na medida em que também aumentam a mobilização e articulação destas áreas para a realização de ações e efetivação de programas e projetos. Nesta linha, pode-se considerar que as quatro áreas citadas acima e as instituições que as compõem, estiveram mais articuladas na divulgação e realização de debates sobre suas reivindicações e atividades ao longo do período estudado. A partir deste estudo também foi possível inferir sobre a presença dos problemas regionais no jornalismo local a partir do critério de noticiabilidade que contempla a atualidade dos fatos. Dessa forma, se algumas áreas não aparecem na pauta atual do periódico, podemos refletir sobre a presença de seu real debate e articulação na esfera pública.

É importante ressaltar que a análise das notícias publicadas pelo Jornal da Manhã de Ijuí tomou como referência as demandas do Corede, o que significa um conjunto

limitado/restrito de critérios. Dessa forma, se a análise fosse pautada em outros critérios, por exemplo, a probabilidade seria de um resultado quantitativo diferente.

É possível verificar que o desenvolvimento regional está na pauta do jornalismo local representado pelo Jornal da Manhã, periódico capaz de atuar como um espaço de discussão sobre as problemáticas regionais. No entanto, este debate pode e precisa ser fortalecido através da articulação das diversas instituições que formam o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial, principalmente naquelas áreas que tiveram menor destaque.

Para além destas questões, o estudo demonstrou ainda a predominância de assuntos de ordem local e regional no total de notícias analisadas, ratificando o fortalecimento e ampliação da formação de uma esfera pública de debates que considera problemáticas que estão próximas aos leitores, relacionadas à comunidade em que estão inseridos. É possível verificar que o jornalismo local representado pelo Jornal da Manhã cumpre com a sua função de prestar informação de proximidade, ao invés de dedicar amplos espaços para os acontecimentos nacionais e internacionais. Esta última, característica presente no que Peruzzo (2005) chama de “grande-imprensa”

Esta pesquisa aponta ainda para a reflexão sobre a atuação dos Coredes na utilização dos meios de comunicação, principalmente no que se refere à utilização do jornalismo local para a divulgação de suas atividades e, dessa forma, a ampliação de uma esfera pública de debates em que as problemáticas regionais possam chegar ao conhecimento da comunidade, gerando preocupações, mobilizações, participação e efetividade nas ações e projetos realizados.

Segundo Tenório (2005), a sociedade civil se expressa através dos meios de comunicação para formar a esfera pública. Esta tem o papel de desenvolver políticas públicas, devendo identificar, compreender, problematizar e propor as soluções para os dilemas da sociedade. O papel da sociedade civil neste processo também pode ser destacado, pois ela possui maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão. Nesta linha, como sugestão para a realização de novas pesquisas na área, destaca-se a possibilidade do jornalismo local, através de seu conteúdo, ser capaz de revelar outras demandas e problemáticas que são discutidas na esfera pública. Através da análise realizada o Jornal da Manhã apresentou acontecimentos, fatos, demandas e debates recorrentes sobre as mais

variadas políticas públicas de impacto na vida comunitária que não foram contempladas pelo Corede Noroeste Colonial em seu Plano Estratégico de Desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRAND, S. L. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 1, n. 1, dez. 2011. Disponível em < <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/66>>. Acessado em: 2 de janeiro de 2019.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo** in CORREIA, João Carlos. **Ágora Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades**. Portugal, Covilhã: LabCom, Livros LabCom, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO – COREDE. **Plano estratégico de desenvolvimento regional: 2015-2030/Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017.

COOPER, R.; BURRELL, G. **Modernismo, Pós-modernismo e Análise Organizacional: uma Introdução**. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n. 1, jan-mar, 2006. Disponível em < <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-46-num-1-ano-2006-nid-44784/>> Acessado em 15 de novembro de 2018.

COREDES-FÓRUM. Fórum dos Coredes do Rio Grande do Sul. **XIII Encontro Anual de Avaliação e Planejamento dos Coredes**. Carta de São Borja. Documento Impresso. Porto Alegre. 2010.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **O jornalismo de Adelmo Genro Filho e as novas tecnologias: revistando conceitos**. VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação

– NP de Jornalismo, do XXX Intercom. Santos, 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1575-1.pdf>> Acessado em 6 de junho de 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre. Editora Tchê: 1987. Disponível sem paginação no site [www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm](http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm), acesso em 6 de junho de 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA; Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LERNER, Daniel; SCHARAMM, Wilbur. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo, Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores**. *Líbero* - Ano XI - nº 21 - Jun 2008. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Os-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-na-esfera-p%C3%BAblica.pdf>> Acessado em 15 de novembro de 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de. **O incêndio florestal na imprensa roraimense: uma análise a partir dos jornais “Folha de Boa Vista” e “Brasil Norte”**. São Paulo: ECA-USP, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo. Editora Contexto: 2005.

PERSCH, Danilo. **O conceito esfera pública em Habermas**, 2012. Anais do Seminário dos Estudantes da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar. Disponível em <<http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/9-Danilo-Persch-O-conceito-esfera-p%C3%ABblica-em-Habermas.pdf>> Acessado em 15 de novembro de 2018.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

ROTTA, Edeimar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2007.

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Filipe Carreira. **Espaço Público em Habermas**, 2001. Disponível em <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22584/1/ICS\\_FCSilva\\_Espaco\\_LAN.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22584/1/ICS_FCSilva_Espaco_LAN.pdf)> Acessado em 15 de novembro de 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re) Visitando o conceito de gestão social**. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 3, N° 5, jan./jun. 2005. p. 101-124. Disponível em <[http://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/09/Ten%C3%B3rio-2005.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/09/Ten%C3%B3rio-2005.pdf)>. Acessado em: 29 de setembro de 2016.

WOLF; Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª edição, Lisboa, Setembro, 1999.

## ANEXOS

## Anexo 1: Notícias relacionadas à setorial temática “Assistência e inclusão social – ampliação da rede de proteção à mulher”

PRÊMIO INNOVARE

# STF reconhece ações realizadas em Ijuí

O projeto Sala de Espera, de Ijuí, foi inscrito no prêmio Innovare, do Superior Tribunal Federal (STF), pela Rede de Atenção à Mulher, está pré-selecionado para a segunda etapa. No dia 12 de julho, pesquisadores do Instituto Datafolha vêm a Ijuí para uma avaliação in loco, incluindo a gravação de vídeos. Passada esta etapa, se o projeto se destacar passará por novas avaliações com intuito de ficar entre os selecionados, do País inteiro, que concorrerão ao prêmio Innovare.

O projeto Sala de Espera de Ijuí é pioneiro no RS e foi implementado pela Rede de Atenção à Mulher – Fórum Permanente da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Unijui, Delegacia da Mulher, e Executivo por meio da Coordenadoria da Mulher: “Me procuraram [Judiciário] e eu apenas aderi a um projeto que elas já tinham pensado muito bem, idealizado e colocado em prática, e a partir disso fomos construindo, e o Judiciário tem uma parcela atuando em conjunto com toda essa rede”, acrescenta o juiz de Direito da Comarca de Ijuí, Eduardo Giovelli.

O projeto Sala de Espera foi lançado em Ijuí no dia 23 de agosto de 2012, com objetivo de dar assistência psicológica e jurídica às mulheres. Na prática, o projeto funcionará da seguinte forma: antes das audiências pre-

liminares referentes a Lei Maria da Penha, tanto vítima quanto agressor serão levados a uma sala especial no Fórum, onde será exposto um material audiovisual, além de palestras e acolhimento com profissionais especializados, sobre o ciclo da violência. A intenção é que ambos reconheçam o contexto em que vivem e sejam incentivados a interromper o ciclo.

Porém, ao longo do tempo o projeto teve sua formatação mudada, e a abordagem de homens e mulheres passou a ser feita de forma separada uma vez que o foco é diferente. “Nos temos que ter em mente que nessa relação temos uma mulher vítima de violência doméstica, no outro polo temos um homem agressor, então não adianta oferecermos serviços somente para a mulher, mas atender também ao homem para entender causa do subjacente que leva a acionar Ministério Público, Polícia Civil e Brigada Militar, a chegada ao Judiciário com expediente de violência doméstica, para tentar evitar que isso se repita”, explica. “O homem é peça chave neste atendimento que deve ser dado.”

São realizadas em torno de 70 audiências do projeto Sala de Espera por mês, nas quartas-feiras, o que representa média de 18 expedientes por dia de atendimento, envolvendo de duas a três pessoas. “Alguns têm só o atendimento, pré-audiência e audiência, e



Eduardo Giovelli

outros acabam tendo encaminhamentos para atendimento psicológico, ou ainda, tratamento de drogadição e alcoolismo, algo muito rotineiro”, explica.

O projeto também apresenta todos os serviços públicos da rede de atenção às vítimas de violência doméstica, além do agendamento imediato de consultas para tratamento de alcoolismo e dependência de drogas, que também são fatores propulsores da violência doméstica e familiar. “Precisamos pontuar que, acima de tudo, só de participar desta fase do prêmio Innovare já é um reconhecimento da equipe e de toda Rede de Atenção à Mulher”, destaca.

## POLÍTICAS PARA AS MULHERES Comunidade conhece Plano Municipal

O Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem, foi marcado por um importante evento na cidade: a realização de uma audiência pública para apresentação do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. O ato foi realizado no auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ijuí.

Conforme explica a titular da Coordenadoria Municipal da Mulher, Noemi Huth, o plano traz uma compilação do trabalho realizado nos últimos anos. “Este plano acabou sendo construído coletivamente no último ano, quando realizamos ações mais pontuais. Dentro do olhar da transparência, da participação, é o retorno que estamos dando à comunidade”, explica.

Para construção do plano, foram realizados debates em conferências e também ouvidos secretários do Município, a fim de verificar o que, de fato, estava sendo preparado nesta área. “Muitos pontos estão postos dentro do plano de governo, mas, agora, colocado como política pública,

teremos um norte que vai além da atual gestão”, comentou a coordenadora.

Antes de ser apresentado à comunidade, na tarde de ontem, o plano foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e agora segue para o poder Executivo, onde será transformado em projeto de lei e encaminhado à Câmara Municipal. O documento traz eixos alicerçados no objetivo geral, que é incrementar políticas públicas no Município, viabilizando a transversalidade, ou seja, a integração entre todas as secretarias.

O primeiro eixo trata da igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica. O segundo, da prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher. O terceiro, reforça o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. O quarto, sugere ações na saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. O penúltimo trata da educação para igualdade e cidadania das mulheres e, o último, do tema cultura,



Audiência pública foi realizada ontem à tarde, no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

esporte, comunicação e mídia.

“Quando se trata de plano municipal, falamos de um documento que remete a longo prazo. Vai além da atual gestão e perdura por 10, 15 anos, o que norteará outros governos”, afirma Noemi.

Conforme aponta a coordenadora do Fórum Permanente da Mulher, Adriane Hanke, a apresentação mostra um plano que já vem sendo construído, e que teve início com a instalação da Coordenadoria Municipal da Mulher, em 2013. “Sabemos que as políticas para as mulheres sempre acabam afetadas em épocas de crise. Mas

o Plano Municipal nos dará um norte. E enquanto Fórum Permanente, teremos condições de cobrar o Executivo, o Legislativo, para que as ações realmente se efetivem”, disse.

Dentro da programação oficial, também foi realizado, ontem à noite, um encontro dos CTGs pelo Núcleo de Fortalecimento da Cultura Gaúcha, no CTG Piazito Carreiro. Na ocasião, foi realizada uma roda de conversa sobre valorização dos costumes, usos, princípios e valores morais em combate à violência contra a mulher, criança e idoso.

## Anexo 2: Notícias relacionadas à setorial temática “Agricultura – potencializar a cadeia do leite”

# Produtores convocam deputados para agir

Um encontro que trouxe a Ijuí produtores oriundos de 38 municípios da região discutiu, na Casa do Produtor Rural no Parque de Exposições, a temática inerente ao preço do leite pago ao produtor rural. O integrante do Grupo Construindo o Leite, Cristiano Didoné, disse ao Grupo JM que é chegada a hora de o produtor deixar as vacas na propriedade e sair para a rua para brigar por melhorias no seu setor. “O produtor precisa mostrar que está vivo”, afirmou, ao lembrar que desde março o preço do leite vem caindo e, nos últimos três meses, há relatos de prejuízos com a atividade, tendo em vista o preço pago ao produtor que, em alguns casos, não passa de R\$ 0,50 o litro.

O produtor rural disse que quem atua na atividade do leite tem um custo de produção ao redor de R\$ 1,20 e atualmente, sem a intervenção do governo no mercado interno para adquirir o leite importado, o produto nacional só caiu de preço e os prejuízos vêm se acumulando mês a mês.

Didoné defendeu na audiência a retirada do Pis e Cofins da ração utilizada na alimentação animal, a renegociação do custo utilizado para produção, além de um incremento de pelo menos R\$0,30 no

preço do leite para devolver condições mais adequadas de produção na propriedade rural.

No evento realizado no parque, o diretor do Sindilat Darlan Falharini, apresentou dados relacionados ao crescimento da produção leiteira no Brasil no primeiro semestre deste ano. De acordo com ele, foram produzidos 1,89 bilhão de litros, 11,40% mais do que no mesmo período do ano passado. Já para o segundo semestre a previsão é de que a produção cresça 4,2% e a redução em relação ao produzido no primeiro semestre na sua avaliação se dá pelos problemas de preço e comercialização enfrentados pelo setor.

Para o representante da Secretaria de agricultura do Estado, Antonio Aguiar, é preciso verificar como o Uruguai está trabalhando o que chamou de triangulação na comercialização do leite. “O Uruguai, principal exportador para o Brasil está usando internamente o leite que produz e exportando o leite de terceiros com uma tributação elevada”, disse. Aguiar defendeu ainda que as entidades e instituições de forma conjunta desenvolvam uma campanha para incentivar o consumo interno do leite, além de defender também que o País e o

Estado estrem definitivamente no mercado exportador do produto.

Para o representante do Instituto Gaúcho do Leite, Darci Bitencourt, uma das saídas para a crise do setor é a revisão dos custos de produção e a adoção de novas metodologias de produção para baixar os custos. Bitencourt também defendeu a realização de campanha para aumentar o consumo interno de leite, dizendo ser a favor do enfrentamento ao fim da importação do leite uruguaio. “Precisamos ser mais pragmáticos e discutir não só os problemas, mas também a resolução para eles”, disse.

Para a secretária executiva da Fetag, Lizete Hintz, além dos pontos defendidos no encontro regional, será necessário trabalhar junto ao governo, através da comissão de agricultura da Assembleia gaúcha a adoção de uma política pública que possa garantir o preço mínimo para o leite, a partir de estudos que apontem os custos para a manutenção da atividade de produção. Ela também defendeu uma investigação do modelo de importação de leite do Uruguai e afirmou que o pedido já foi levado ao Ministério da Integração Nacional pelo presidente Carlos



Audatório da Casa do Produtor no Parque ficou lotado durante a reunião

Joel da Silva.

Para o deputado Jeferson Fernandes (PT) que coordenou o encontro, não é de hoje que o agricultor é explorado, mas agora devido a importação desastrosa do leite que acaba sendo prejudicado é o produtor rural. Acarta de Ijuí tirada ao final do encontro tem, segundo o parlamentar, este posicionamento de baixo para cima necessário para mobilização da categoria e também das autoridades que estão ligadas ao setor. O deputado estadual Gerson Durmann (PDT) afirma que a importação do leite precisa ser estancada, e defendeu também a intervenção da Conab

na aquisição do leite excedente interno, além do desenvolvimento de uma campanha institucional de conscientização conjunta para aumentar o consumo do leite.

O encontro realizado em Ijuí, promovido pelo grupo de trabalho constituído o leite com a presença de integrantes da comissão de agricultura da Assembleia foi o terceiro realizado no Estado. As regiões de Ijuí e Santa Rosa são as maiores produtoras de leite do Estado. Daqui, segundo dados do Conselho saem 60% da produção gaúcha, sendo que na região de Ijuí está a maior laticínio da região do Rio Grande do Sul.

## TECNOLOGIA DO LEITE

# Novas práticas contribuem para produção

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de leite do país, ficando atrás apenas de Minas Gerais. Mesmo antes da ordenha, algumas práticas podem ser adotadas para melhorar a qualidade do produto. Os municípios da região têm uma parcela importante dessa produção no Estado e daqui saem para a indústria de laticínios pelo menos 20% da produção gaúcha de leite.

O produtor Cristiano Didoné tem 125 vacas da raça Jersey em lactação na sua propriedade localizada em Arroio das Antas. De acordo com ele, o trabalho para melhorar a qualidade do leite na propriedade começa no confinamento dos animais. Ele explica que na propriedade é utilizada uma espécie de cama coletiva toda em serragem e maravalha, o que proporciona muito conforto para as vacas, resultando em maior produtividade de leite.

O especialista em qualidade

do leite Rafael Ortega Velasco explica que a forma como a vaca é confinada influencia substancialmente na produtividade do leite. De acordo com ele, quanto mais tempo o animal ficar em repouso, mais tempo ela irá produzir. “O animal está descansando, desestressado, o que é fundamental para o aumento da produtividade leiteira”, explica.

Além do confinamento das vacas, outro fator que influencia na qualidade do leite é a higienização das mamas do animal. Ao contrário do que se possa pensar, a melhor forma de higienizar não é lavando com água. Na propriedade de Cristiano Didoné, quando a vaca entra na máquina de ordenha são retirados três jatos de leite. Depois é feita a limpeza com um produto antisséptico específico evitando a contaminação e a qualidade do leite. A água não é usada, pois poderia espalhar a sujeira por todo o úbere, que é toda a glândula

mamária da vaca.

Na propriedade de Didoné são feitas três ordenhas. Uma pela manhã, outra ao meio-dia e ao final da tarde com produção diária aproximada a 3,5 mil litros de leite. De acordo com ele, a qualidade do leite é a primazia da propriedade. “Produzimos leite com alto padrão. Na média, o leite tem 3,5% de gordura e 3,2% de proteína. O nosso leite tem 4,5% de gordura e 3,6% de proteína”, explica.

A indústria que capta o leite faz dois exames por mês para saber da qualidade. Testes de células somáticas e alguns testes específicos são realizados, além de testes locais feitos pela Unijui. Prevenção a mastites e um bom manejo de ordenha fazem parte do cotidiano na propriedade.

O especialista Rafael Velasco ressalta que a indústria brasileira precisa atentar mais para a qualidade do leite e não pagar apenas pela quantidade. Ele lembra que o



Martel Zanella, esposa de Cristiano, trabalha na ordenha do leite na propriedade

mercado europeu paga mais pela qualidade do que pela quantidade. Cristiano Didoné diz que “a gente ganha a mesma coisa que os outros

e isso nos desmotiva um pouco, porque nós gastamos mais para produzir um leite de qualidade e não é valorizado por isso”, conclui.

## A FORÇA DO CAMPO

# Seminário em Ijuí debate produção leiteira

O auditório da ACI foi palco, ontem, da quarta edição do Seminário do Leite, uma promoção da Agrovel Veterinária, com apoio e patrocínio de diversas outras empresas e entidades ligadas ao setor leiteiro do Estado.

Durante todo o dia, quatro painéis foram realizados abordando diversos aspectos da cadeia do leite, desde a produtividade animal até a gestão das propriedades.

Estamos sempre preocupados em nos atualizar com os meios tecnológicos. É muito importante estar conectado às tendências de mercado. A atividade leiteira é, por característica, uma atividade muito técnica, e por isso precisamos buscar conhecimento, inovação e qualificação”, resumiu um dos organizadores do evento, Gilmar Lang.

A primeira palestra do dia foi ministrada pelo médico veterinário Carlos Fernandes, PhD em

reprodução animal.

Segundo Fernandes, a reprodução é a base técnica e econômica de toda a exploração leiteira, unindo diversos elos da cadeia produtiva.

“Tenho trabalhado nos últimos 30 anos com pecuária de leite no Sul de Minas Gerais, que tem muitas semelhanças com a região Noroeste aqui do Rio Grande do Sul. Vemos, lá, que para que se tenha sucesso nessa atividade, é preciso que todos estejam empenhados no mesmo sentido. O objetivo é mostrar o papel de cada um para o desenvolvimento e crescimento econômico da produção”, afirma o especialista.

No final de 2017, o Rio Grande do Sul ultrapassou Minas Gerais, se tornando o Estado com maior produção de leite no Brasil, após décadas de superioridade mineira no quesito produtividade. Mesmo assim,

segundo Carlos Fernandes, a troca de experiências entre os dois Estados fortalece a pecuária leiteira do País.

“Em Minas temos situações extremas, com grandes produtores tecnificados, mas temos aqueles menores, que trabalham numa lógica quase de subsistência. E, assim como aqui no Sul, é este segundo grupo que mais precisa de informação e tecnologia. Esse trabalho passa muito pelo técnico que visita a propriedade, pois é através dele que esse produtor de menor poder aquisitivo pode adquirir conhecimento e avançar”, explica o médico veterinário.

Fernandes completa afirmando que, tão importante quanto levar conhecimento às propriedades, é preciso falar uma linguagem acessível ao produtor.

Na sequência, o médico veterinário Marcos Higuí palestrou sobre ‘Conforto: opção para lucratividade. No período da tarde,



PhD em reprodução animal, Carlos Fernandes abordou custos da atividade

o zootecnista Frederico Trindade falou sobre ‘Gestão rural aplicada a unidades de produção de leite intensivo confinado e semiconfinado’.

No último painel do dia, três especialistas se revezaram para abordar o tema ‘Como produzir

40 mil litros por dia’.

No mesmo evento, a Agrovel também confirmou a organização da 5ª edição do Seminário do Leite, que trará novas temáticas e especialistas a Ijuí para o debate sobre os aspectos da produção leiteira.

**Anexo 3:** Notícias relacionadas à setorial temática “Indústria e comércio - ampliar parcerias em nível intra e interinstitucional

## Sindilojas estuda parceria para qualificar empresas

A diretoria do Sindilojas se reuniu, nesta semana, com representantes do Senac, da Unijui e do escritório regional do Sebrae em Ijuí, a fim de discutir a formação de uma parceria entre as entidades.

O encontro, que ocorreu na sede do Sindilojas, teve como foco uma das preocupações do sindicato lojista para este ano. "Estamos procurando um novo rumo para o Sindilojas, e o objetivo é voltar a qualificar nossos associados empresários. Com isso, estamos vendo com Sebrae, Senac e Unijui as alternativas para que possamos dar esta qualificação técnica aos nossos empresários", destacou o presidente do Sindilojas, Bruno Hass.

Foi o primeiro encontro entre as entidades, que debateram os termos iniciais da parceria. Nas próximas semanas, o objetivo é definir quais as atividades que serão realizadas.

Para o presidente Bruno Hass,



Reunião entre lideranças para discutir parceria ocorreu nesta semana

nos últimos anos o foco de qualificação tem sido os colaboradores das empresas. A intenção agora é permitir que os empresários também possam passar por cursos e formações.

"Hoje em dia, a concorrência é muito grande, e o mercado está bastante agressivo, então precisamos qualificar nosso associado, para que ele possa enfrentar os

desafios de empreender. Quem não estiver qualificado dificilmente conseguirá acompanhar as exigências do mercado", avalia Hass.

Para definir os moldes da parceria, uma comissão do Sindilojas fará uma série de encontros ao longo da próxima semana. Um evento inaugural de formação já está sendo projetado

## ACI reúne estratégias para o desenvolvimento

A Associação Comercial e Industrial de Ijuí (ACI) realizou, na noite de ontem, o segundo encontro do projeto Ijuí Mais. A iniciativa tem como objetivo reunir sugestões e debater estratégias em conjunto com representantes do setor produtivo local.

Para tanto, a ACI tem convidado lideranças municipais de diversos setores para que exponham suas ideias, e sugiram propostas visando o desenvolvimento econômico e social do município.

A sistemática do encontro consiste no registro dos apontamentos realizados nos espaços de fala. Posteriormente, a ACI, em parceria com o Sebrae, vai compor um relatório com os pontos mais relevantes para que, em outubro, um plano completo para o desenvolvimento da economia local seja apresentado.

"Nesta segunda reunião, focamos mais no convite a lideranças do



Lideranças locais fizeram sugestões de estratégias de desenvolvimento

setor de Tecnologia da Informação (TI). Essa é uma área com grande potencial de crescimento, pois há muita demanda, tanto no setor público quanto no privado. Nossa ideia é traçar um plano para fazer de Ijuí um polo tecnológico estadual",

ressalta o presidente da ACI, Nilo Leal da Silva, que avaliou como muito positivo o segundo encontro do projeto Ijuí Mais.

Mais de 100 convidados lotaram o auditório da associação na noite de ontem.